

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção

Dilmo Antonio Bedin

**A POLÍTICA PÚBLICA DAS VILAS RURAIS:
UM ESTUDO DE CASO NA VILA RURAL SANTA CLARA, EM
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

Dissertação de Mestrado

Florianópolis

2004

Dilmo Antonio Bedin

**A POLÍTICA PÚBLICA DAS VILAS RURAIS:
UM ESTUDO DE CASO NA VILA RURAL SANTA CLARA, EM
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Engenharia de Produção

Orientador: Prof. Francisco Pereira da Silva, Dr.

Florianópolis

2004

Dilmo Antonio Bedin

**A POLÍTICA PÚBLICA DAS VILAS RURAIS:
UM ESTUDO DE CASO NA VILA RURAL SANTA CLARA, EM
MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de novembro de 2004.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Amarildo Jorge da Silva, Dr.
UNIOESTE

Prof. Francisco Pereira da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

À minha família.

Agradecimentos

Numa entrevista feita com um compositor de música, o repórter lhe perguntou o que ele achava mais difícil para compor uma obra. E ele respondeu que era a dificuldade em escolher um só caminho dentre tantos.

A elaboração de uma Dissertação não deixa de ser uma obra também. E inúmeras foram as pessoas que me auxiliaram na escolha e no decorrer deste caminho. Para aqueles que me acompanharam, meus agradecimentos: À família, que sempre esteve comigo e que sempre me fez acreditar que eu poderia vencer. De modo especial à minha esposa Odete, companheira inclusive no Mestrado e que sempre trilhou todos os caminhos comigo.

Aos meus filhos, Giancarlo, Lis Caroline e Fábio Giovanni, que tanto nos orgulham pela sua dedicação aos estudos, ao trabalho e pela valorização e convivência familiar.

Um agradecimento à minha nora Lidiane, que muito contribuiu na análise e avaliação deste trabalho.

“Feliz o homem que acha a sabedoria, e o homem que adquire conhecimento, porque melhor é o lucro que ela dá do que o da prata, e melhor a sua renda do que o ouro mais fino. Mais preciosa é do que pérolas, e tudo o que podes desejar não é comparável a ela”.

(Prov.,3.13-15)

— Tá certo — exclamaram os meeiros. — Mas esta é a nossa terra. A gente cultivou, fez ela produzir. Nascemos aqui, demos nossa vida a ela e queremos morrer aqui. Mesmo que não preste, ela é nossa. É isso que faz que a terra seja nossa: a gente nasce nela, trabalha nela, morre nela. É isto o que dá direito de propriedade, e não um monte de papéis, cheios de números.

— É pena, sentimos muito. Mas não temos culpa. É o monstro. O banco não é como um homem.

— É, mas os bancos são dirigidos por homens.

— Não, vocês estão enganados, completamente enganados. Um banco é mais do que um homem. Acontece que todo mundo detesta o que os bancos têm que fazer, mas os bancos fazem assim mesmo. Um banco é mais que um simples homem, é o que lhes digo. É um monstro, sim senhor. Os homens fizeram os bancos, mas não os sabem controlar.

(*As Vinhas da Ira* de John Steinbeck)

“Eta mundo velho sem porteira”.

(Liroca, em *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo)

Resumo

BEDIN, Dilmo Antônio. **A política pública das Vilas Rurais**: um estudo de caso na Vila Rural Santa Clara, em Marechal Cândido Rondon – PR. 2004. f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

O fim do chamado “milagre brasileiro” e o gradual “fechamento da fronteira agrícola”, durante a década de 1970, foram os principais responsáveis pela exclusão de muitos pequenos agricultores, originando um êxodo rural sem precedentes. Desde então, muitas iniciativas municipais/estaduais/federais têm sido tomadas no intuito de assentar esse contingente de sem-terra. Nesse sentido, o governador do Paraná, Jaime Lerner (1994), idealizou a formação de um novo sistema que não seria só habitacional e nem mero re-assentamento, denominado Vilas Rurais. Tendo como base o projeto das Vilas Rurais e a reflexão feita a partir de entrevistas e questionamentos realizados com os moradores da Vila Rural Santa Clara, no município de Marechal Cândido Rondon – PR, pretende-se, na presente Dissertação, analisar os significados e os componentes dessa política pública, no sentido de contribuir para seu bom funcionamento e para a elaboração de outras políticas afins.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Política Pública, Vila Rural.

Abstract

BEDIN, Dilmo Antônio. **A política pública das Vilas Rurais**: um estudo de caso na Vila Rural Santa Clara, em Marechal Cândido Rondon – PR. 2004. f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

The end of the called “Brazilian miracle” and the gradual “agricultural closing”, during the seventies, were the main responsible for the exclusion of several small farmers, originating a high unprecedented rural exodus. Ever since many municipal/state/federal initiatives have been taken aiming to settle this contingent of landless people. For that, the governor of Paraná, Jaime Lerner (1995/2000), idealized the formation of a new system that would not only be habitational or mere resettlement either, denominated Rural Villages. Having as base the Rural Villages project and the reflection done starting from interviews and questionnaires accomplished with the inhabitants in the Municipal district of Marechal Cândido Rondon – PR. It is intended, in this dissertation, to analyze the meanings and the components of this public polity with the aim of contributing for its good operation and for the elaboration of other alike policies.

Key Words: Rural exodus. Public politics. Rural Village.

Sumário

Lista de Figuras	10
Lista de Tabelas	11
Lista de Anexos	12
Lista de Siglas	13
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Caracterização do Problema	14
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 Estrutura do Trabalho Científico	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2.1 Instrumentos de Pesquisa.....	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 Surgimento dos Sem-Terra	22
3.2 Cooperação Agrícola: A Salvação da Lavoura?	28
3.2.1 Trajetória da cooperação nos assentamentos.....	29
3.3 Formas de Organização do Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária, Segundo o MST.....	30
3.4 A Pluriatividade	32
4 O PROJETO DAS VILAS RURAIS	34
4.1 Operacionalização do Projeto	34
4.2 Vila Rural: Caráter Rural ou Urbano?	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5.1 Perfil Sociocultural.....	39
5.2 Perfil Socioeconômico.....	42
5.3 Perfil Sócio-Político	46

5.4 Aspirações dos Moradores	50
6 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	54
6.1 Sobre a Questão de Pesquisa	56
6.2 Sobre o Objetivo Geral.....	57
6.3 Sobre os Objetivos Específicos.....	57
6.4 Sobre as Principais Dificuldades Encontradas no Processo de Pesquisa ..	58
6.5 Recomendações para Trabalhos Futuros	58
REFERÊNCIAS.....	59
Entrevistas com Vileiros.....	59
Obras Consultadas	59
ANEXOS	63

Lista de Figuras

Figura 1: Procedência das famílias da Vila Rural Santa Clara	39
Figura 2: Tempo de residência no município de Marechal Cândido Rondon	40
Figura 3: Tipificação dos Empregos dos Moradores da Vila Rural Santa Clara	43
Figura 4: Renda Bruta Mensal – Salários Mínimos - das Famílias da Vila Rural Santa Clara.....	43

Lista de Tabelas

Tabela 1: Estrutura Fundiária do Brasil - Estabelecimentos (1950 a 1995)	26
Tabela 2: Estrutura Fundiária do Brasil - Área Total (1950 a 1995)	26
Tabela 3: Escolaridade dos Moradores da Vila Rural Santa Clara.....	40
Tabela 4: Tipos de família da Vila Rural Santa Clara.....	42
Tabela 5: Existência de Excedente de Produtos Agropecuários para Venda e Interesse do Produtor da Vila Rural Santa Clara em Produzir Novos Produtos	44
Tabela 6: Condições atuais do associativismo dentro da Vila Rural Santa Clara	47

Lista de Anexos

Anexo A: Formulário para Diagnóstico da Vila Rural Santa Clara.....	64
Anexo B: Histórico de Vida.....	67
Anexo C: Produtos que são Produzidos pelos Moradores da Vila Rural Santa Clara.....	68
Anexo D: Produtos que os Moradores têm Interesse em Produzir nos Lotes da Vila Rural Santa Clara	69
Anexo E: Programa Vila Rural no Município de Marechal Cândido Rondon.....	70
Anexo F: Fotos da Vila Rural.....	71

Lista de Siglas

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SECR	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SEED	Secretaria de Estado de Educação
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SERT	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, propõe-se a temática e a problemática da Dissertação. Tem-se como objetivo precípuo compreender e analisar a importância das políticas públicas nas soluções de problemas relacionados à questão rural.

1.1 Caracterização do Problema

Desde o início de sua colonização, com a implantação das sesmarias, o Brasil foi marcado por grandes distorções em termos de distribuição das terras.

Com o passar dos anos, a concentração das terras ainda persiste, desfavorecendo pequenos produtores rurais. Não obstante essa situação, na década de 1960, por inspiração no modelo norte-americano de agricultura, dá-se início no país ao processo de “modernização” da agricultura.

A principal característica foi a substituição de práticas tradicionais, há muito utilizadas pelos agricultores, por aquelas denominadas “modernas”, que requeriam a utilização de amplo maquinário agrícola e inúmeros fertilizantes, adubos químicos, etc. A impossibilidade de grande parte dos agricultores (especialmente os familiares) de adquirir o “pacote tecnológico” completo da Revolução Verde, levou à acentuação das diferenças sociais no campo e à exclusão de uma parcela significativa desses. Mesmo entre os que adotaram o “pacote” inteiro, houve um elevado índice de abandono do meio rural, devido aos problemas ecológicos, sociais, econômicos e culturais provenientes de sua implantação.

O fim do chamado “milagre brasileiro” e o gradual “fechamento da fronteira agrícola”, durante a década de 1970, foram os principais responsáveis pela exclusão de muitos pequenos agricultores, originando um êxodo rural sem precedentes.

O centro urbano apareceu e ainda aparece como uma alternativa ou a última saída para sobrevivência dessa massa, reiteradas vezes, excluída. O rápido crescimento da população urbana, em detrimento da redução da população rural, trouxe conseqüências tão aclamadas que dispensam comentários.

Numa pesquisa efetuada junto ao Sistema Nacional de Emprego - SINE - em 2003, verificou-se que mais de 60% dos trabalhadores ali fichados, muitos dos quais provenientes do meio rural, se habilitavam para “qualquer emprego”.

Outras pesquisas sociais realizadas por órgãos públicos e por classes trabalhadoras detectaram, com clareza, a lamentável situação em que se encontra o novo “homem da cidade”. O argumento muitas vezes utilizado de levar as melhorias ao campo, para evitar o êxodo do trabalhador rural, não surtiu efeito algum. A cada crise que se instala, um bom percentual desses trabalhadores parte para a cidade.

Consciente dessa realidade, o governador do Paraná, Jaime Lerner (1995-2002), idealizou a formação de um novo sistema, que não seria só habitacional e nem mero re-assentamento, o denominado Vilas Rurais.

O morador dessas “Vilas Rurais” teria uma residência e uma área de 5.000 metros quadrados para poder cultivar e garantir a sustentabilidade de sua família. Conforme o documento oficial, esse projeto constituir-se-ia de uma mini reforma agrária, em que o retirante manteria a estrutura social já conhecida, baseada no meio rural, estando próximo ao centro urbano.

O Governo do Estado, através da Secretaria competente e do órgão habitacional, estruturou o projeto e estabeleceu prioridade absoluta para o homem do meio rural desprovido de posses. Foram convocadas as administrações municipais, para que fossem coopartícipes desse projeto e que contribuíssem com a aquisição do terreno, com a divisão de ruas e terraplanagem, entre outras coisas. O vileiro (morador das vilas rurais) não poderia ter registros de propriedade, deveria participar de reuniões, encontros e assimilar instruções apresentadas pelos organizadores. Deveria também participar da construção das moradias que seriam sorteadas tão logo estivessem concluídas. Poderia iniciar o cultivo de sua terra e, quando possível, já instalar a família em sua nova propriedade.

Os primeiros percalços na aplicação do projeto surgiram, dentre os quais a dificuldade dos agricultores cultivarem pequenas áreas, bem como a falta de conhecimento técnico para consorciar culturas e a falta de cooperação agrícola para organizarem sua produção.

Diante das dificuldades apresentadas é que se empreendeu o desafio de elaborar esse trabalho, com o intuito de poder minimizar os problemas vividos por esses agricultores. Os objetivos visados são apresentados na seqüência.

O pressuposto e a questão que nortearam essa pesquisa foram:

- Políticas públicas podem contribuir com possíveis soluções no desenvolvimento de vilas rurais?
- Como o poder público pode motivar mudanças comportamentais nas Vilas Rurais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Compreender e analisar o papel que a política pública “Vilas Rurais” desempenha sob a ótica dos atores sociais.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Compreender a origem e a natureza das relações que os beneficiados estabelecem com o meio físico que ocupam;
- b) Identificar as características da Vila rural em análise;
- c) Fornecer subsídios aos atores sociais que atuam na promoção e no fortalecimento de formas mais estáveis de agricultura nas vilas rurais.

1.3 Estrutura do Trabalho Científico

Além da introdução, a Dissertação está estruturada em mais cinco capítulos. O capítulo II (Metodologia) busca, de maneira sucinta, descrever a metodologia empregada na pesquisa e as razões que levaram à sua escolha.

No capítulo III (Referencial Teórico), adentra-se na discussão propriamente dita do tema central do trabalho. Inicia-se pela descrição e análise do aparecimento do grande contingente de agricultores que perderam suas terras por ocasião da denominada “Revolução Verde”. Em seguida, são expostos dois outros assuntos que permeiarão essa Dissertação e poderão servir de subsídio para a discussão, que são a cooperação agrícola e a pluriatividade na agricultura.

O capítulo IV (O Projeto das Vilas Rurais), por sua vez, trata das questões relativas ao próprio projeto apresentado pelo governo e tece algumas considerações.

O capítulo V (Resultados e Discussão) apresenta os resultados da pesquisa propriamente dita e expõe comentários pertinentes.

No sexto e último capítulo (Considerações e Recomendações Finais), mais do que concluir, busca-se sintetizar e apontar caminhos acerca da pesquisa e de aspectos relevantes, com a intenção de contribuir para o avanço e o desenvolvimento de um processo que possibilite uma melhora nas condições de vida dos moradores da Vila Rural Santa Clara, bem como dar um sentido prático às reflexões efetuadas nesse trabalho.

Como já ressaltado anteriormente, embora a análise seja ainda um tanto segmentada, realizou-se um esforço no sentido de estabelecer e demonstrar as relações existentes entre os vários atores e as dimensões abordadas. O fato levou à necessidade de, em alguns momentos, abordar num capítulo temáticas que seriam novamente retomadas nos capítulos ou tópicos subseqüentes (dessa vez para uma análise mais profunda e centrada), de forma a dar certa autonomia a cada um deles.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução para um problema, tendo por base procedimentos racionais e sistemáticos” (SILVA, 2001, p. 20). Mais do que a simples escolha de uma ferramenta de coleta de dados, a metodologia empregada numa pesquisa explicita a própria concepção na qual esse trabalho se baseia. Em função disso, o trabalho de campo propriamente dito foi precedido de um período de reflexão, em que se buscou delinear as bases teóricas e metodológicas nas quais se fundamentaria a pesquisa.

A intenção desse tópico é não apenas descrever a metodologia utilizada, mas também apresentar um pouco dos caminhos e razões que levaram a sua escolha. Além disso, os obstáculos encontrados mereceram também ser objeto de reflexão, pois possibilitam compreender as limitações dos métodos perante a complexidade das questões “reais”, bem como as próprias dificuldades do pesquisador quando tenta entender a abrangência da tarefa.

Como será observado adiante, esta pesquisa contou com três fases, que foram: a fase decisória, em que foi feita a escolha do tema, a definição e a delimitação do problema de pesquisa, que foi associativismo e o diagnóstico sócio-econômico da Vila Rural Santa Clara; a fase construtiva, esta referente à construção de um formulário para pesquisa e à execução, com a aplicação do formulário nas propriedades; e a fase redacional, referente à análise de dados e às informações obtidas na fase construtiva.

2.1 Instrumentos de Pesquisa

Concomitante aos contatos iniciais que foram sendo estabelecidos no decorrer da pesquisa, procurou-se definir o tema central que regeria esse trabalho, assim como a forma de colocá-lo em prática.

O interesse inicial pelas vilas rurais surgiu através da elaboração de um trabalho acadêmico que tinha por intento fazer um reconhecimento da Vila Rural Santa Clara.

A facilidade de acesso também contribuiu para a opção de escrever uma Dissertação sobre o referido tema.

Ao todo foram cinco visitas “oficiais” para o recolhimento dos dados. No entanto, no decorrer da elaboração, outras visitas foram sendo feitas, para possibilitar maior vivência com a comunidade da Vila.

Uma vez feita a opção de estabelecer critérios que servirão de base para encontrar um padrão de associativismo adequado aos agricultores assentados, restava buscar as “ferramentas” que permitissem tal avaliação.

Por entender tratar-se de um processo dinâmico e de grande complexidade, que abrange uma série de dimensões, e por vislumbrar dificuldades em confinar essa complexidade toda somente a uma avaliação quantitativa, realizada através de um formulário (anexo A), optou-se por estruturar o projeto, também numa abordagem qualitativa, elencando a entrevista semi-estruturada como ferramenta.

O formulário de perguntas foi instrumento essencial para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado, com a finalidade de levantar dados de importância nas áreas sócio-econômicas, potencialidades e limitações de vileiros, como endereço, dados de família, bens móveis, compras no comércio, produção no lote, conquistas e satisfações dos moradores das vilas (MARCONI, 1996, p.100).

O formulário foi constituído por questões objetivas (fechadas), de respostas diretas já indicadas, sendo assim de fácil aplicação e avaliação, já que o conjunto de respostas é uniforme, portanto, facilita a comparação entre os investigados (REA e PARKER, 2000, p. 44).

Após a conclusão do modelo do formulário, este foi testado para avaliar sua eficiência na coleta de dados primários e, em seguida, aplicar aos moradores da Vila Rural. Os dados foram tabulados em uma planilha do programa Microsoft Excel para a avaliação da frequência de repetições das respostas e suas quantificações.

A entrevista semi-estruturada é um método de recolhimento de informações, em que se dispõe de uma série de “temas-guia”, relativamente abertos, que têm o propósito de receber informações sobre o assunto em estudo diretamente dos atores sociais envolvidos com a questão.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), nesse tipo de entrevista, deve-se, tanto quanto for possível, “deixar andar” o entrevistado, para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe convier. Contudo, o

entrevistador deve preocupar-se em re-encaminhar a conversa para os objetivos centrais, sempre que o informante se afastar demasiadamente deles, devendo fazer isso da forma mais natural possível.

Minayo (1998) define a entrevista semi-estruturada como uma “conversa com finalidade”, na qual o roteiro tem a função de orientação e balizamento para o pesquisador, e não de cerceamento da fala dos entrevistados. Uma das principais vantagens da entrevista é o grau de profundidade das informações recolhidas, uma vez que ela permite obter dados objetivos (quantidades, datas, números, locais) e também subjetivos (valores, atitudes, opiniões).

É importante, todavia, esclarecer que a opção pela pesquisa qualitativa não significa a aceitação dessa como expressão da verdade absoluta e nem tampouco a desconsideração da relevância da pesquisa quantitativa. Com relação a essa questão, concorda-se com Ortí (1994, p. 209), quando afirma que,

Si hemos criticado el ingenuo 'triumfalismo' del 'imperialismo cuantitativista' en la investigación sociológica - que confía en reducir todos los problemas del análisis adecuado de los fenómenos sociales a cuestiones resolubles por las simples técnicas estadísticas de registro y cálculo - hemos de evitar también el caer en cualquier "triumfalismo cualitativista", igualmente ingenuo y falsificador de las posibilidades reales de la investigación sociológica ante las enormes dificultades – teóricas y prácticas – del estudio empírico de cualquier fenómeno social. [grifos no original]

A escolha do enfoque qualitativo deu-se, no presente estudo, em função de complementar a análise quantitativa. Dessa forma, elaborou-se um roteiro de perguntas (anexo B), divididas em cinco temas condutores. Em cada tema procurou-se abranger uma dimensão/fator, que se acredita ter relação com os processos decisórios. No entanto, como já pontuado, as perguntas têm a função apenas de guiar e não restringir, o que fez com que muitas vezes as conversas (entrevistas) seguissem rumos não planejados.

Todas as entrevistas, em que os nomes dos agricultores estão ocultados, foram gravadas em fitas cassete e transcritas de forma quase integral.

Ainda como forma de complementar ou corroborar os dados obtidos por meio das entrevistas e do formulário, utilizou-se o expediente da pesquisa documental, realizada principalmente junto à prefeitura e ao *site* do governo do Estado do Paraná, através da análise de relatórios, processos e outros documentos.

A pesquisa de campo propriamente dita foi posta em prática no período de março e julho de 2003, conforme havia sido previsto no cronograma apresentado no projeto

de pesquisa.

Foram entrevistados todos os titulares de lotes existentes no assentamento. Em muitos casos, participaram também da entrevista a esposa e/ou marido do(a) titular do lote, bem como seus filhos.

Assim, a pesquisa foi a realização de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas na metodologia científica, que é entendida como um conjunto de etapas ordenadamente dispostas, que se devem vencer na investigação de um fenômeno. Incluem a escolha do tema, o planejamento de investigação, o desenvolvimento metodológico, a coleta e tabulação de dados, a análise dos resultados, a elaboração das conclusões e a divulgação de resultados (SILVA, 2001, p. 23).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Surgimento dos Sem-Terra¹

A concentração de terras no país remonta da primeira forma de distribuição da terra adotada no Brasil, que foi o sistema de capitânicas hereditárias, cujas áreas chegavam a alcançar treze milhões de hectares por donatário. Este donatário, por sua vez, poderia dividir suas capitânicas em parcelas (sesmarias), para distribuir aos membros de suas comitivas. Nestas terras deveriam, no entanto, ser produzidos gêneros comercializáveis para gerar tributos à Coroa, não havendo, assim, lugar para a pequena propriedade voltada para a subsistência ou abastecimento do mercado interno. Isso explica a opção pelo latifúndio monocultor, sustentado, inicialmente, pela mão-de-obra indígena e, posteriormente, pela mão de obra do escravo africano, que caracterizou a economia e a sociedade brasileira por vários séculos².

A preocupação com a posse da terra, após o período inicial de colonização, surgiu com o fim do tráfico negreiro, em 1850, e quando o movimento de abolição da escravatura mostrava-se evidente. Assim, o Governo Brasileiro, que temia que houvesse escassez de mão-de-obra no cultivo de café, tratou de legislar a chamada “Lei de Terras”, em 1850, que estabelecia que todas as terras devolutas³ só poderiam ser apropriadas mediante a compra e a venda, e que o governo reverteria os recursos obtidos nessas transações na vinda de colonos da Europa. Conforme Silva (1980), com esta política “matavam-se dois coelhos com uma só cajadada”, pois de um lado restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas aqueles que tivessem dinheiro para comprá-las e, de outro, criavam-se as bases para a

¹ Segundo Caldart (2000), a condição (individual) *sem (a) terra*, ou seja, de trabalhador rural que não possui sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a apropriação privada desse bem natural. Contudo, a recente efervescência da luta pela terra no Brasil acabou resultando na criação do vocábulo *sem-terra*, com hífen, que indica a designação social para a condição de ausência da propriedade ou posse da terra, refletindo uma identidade coletiva.

² Mesmo com o predomínio do latifúndio monocultor, pode-se dizer que uma agricultura familiar também iria se conformando, apesar do descompromisso do setor público na época (SANTOS e GOMES, 2002)

³ Para Cunha Júnior (2003), terras devolutas são terras públicas *lato sensu*, sem nenhuma utilização pública específica, e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado.

organização de um mercado de trabalho livre que substituiria o sistema escravista⁴.

Essa lei também tratou de regularizar a situação dos registros de terras doadas desde o período colonial, bem como de legalizar as ocupadas por grandes produtores sem a devida autorização, garantindo, desta forma, sua permanência legal sobre as áreas apropriadas.

Na visão de Martins (2000), a Lei de Terras, além de instituir a propriedade privada da terra, marca o início da desvinculação do Estado como “senhorio da terra”, posto que as terras que antes eram domínios da Coroa transformavam-se agora em propriedade imobiliária sujeita à compra e venda, sem intervenção estatal. Para este autor, a implicação desta transferência foi a criação do “direito absoluto”, que, segundo ele, é a principal causa do latifundismo brasileiro.

Essa situação, marcada pela extrema concentração e a exclusão social proveniente dela (especialmente com o início da modernização dos latifúndios), gerou o agravamento da crise no campo nas primeiras décadas do século XX. Como resultado dessa crise, surgem diversos movimentos de contestação à situação socioeconômica e às políticas que o Estado implementava (ou deixava de implementar) no campo.

Um desses movimentos que ganhou grande destaque na década de cinqüenta e início dos anos sessenta foi o das Ligas Camponesas, especialmente na região Nordeste (CARVALHO, 1994). Além disso, a atuação de alguns partidos de esquerda e setores mais progressistas da Igreja Católica resultou na organização de grandes massas de trabalhadores rurais e na criação de sindicatos (embora não reconhecidos oficialmente).

Tal conjuntura levou o governo a apresentar o **Estatuto do Trabalhador Rural**, em março de 1963. Essa lei se limitava a levar ao campo direitos sociais já garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (promulgada em 1943) aos trabalhadores urbanos, como o direito ao salário mínimo, a férias anuais remuneradas, ao repouso semanal, ao aviso prévio e à indenização em caso de demissão, entre outros. Concedia também o direito aos trabalhadores rurais de se

⁴ Analisando a Lei de Terras e a correspondente legislação norte-americana do século XIX, percebe-se que, ao contrário do que aconteceu no Brasil em 1850, o governo norte-americano, em 1820, reduziu o preço de venda dos lotes de terra e, em 1862, decretou o *Homestead Act*, que estabelecia a distribuição gratuita de terras (lotes com cerca de 65 ha por família), fato que, segundo Silva e Hoffmann (1975), teve como consequência uma distribuição relativamente boa do poder econômico e da renda nos Estados Unidos.

organizarem em sindicatos nos moldes dos urbanos, registrados no Ministério do Trabalho (ANDRADE, 1987). O governo procurava dessa forma diminuir a pressão que vinha sofrendo e colocar os sindicatos rurais sob a tutela do Estado, adotando um modelo consagrado pelo fascismo italiano. Os sindicatos praticamente deixavam de ser entidades de representação política e passaram à condição de meros prestadores de serviços.

Em função das dificuldades de colocar em prática tal modelo e com a pretensão das entidades ligadas aos trabalhadores rurais de avançarem ainda mais nas conquistas (tendo como objetivo principal a reforma agrária), a pressão popular se manteve⁵. Como relata Andrade (1987), o movimento se fortaleceu bastante devido à pressão feita pelo governo dos Estados Unidos no âmbito da **Aliança para o Progresso**, a respeito da necessidade da reforma agrária. O presidente Kennedy, após a Revolução Cubana e o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, pretendia desenvolver um programa de transformações sociais na América Latina. Dentro deste programa, previa-se a realização de reformas agrárias conservadoras nos países latino-americanos, que reduzissem as tensões sociais no campo, mas mantivessem as velhas estruturas políticas.

Tanto Jânio Quadros quanto seu sucessor João Goulart aceitaram a “orientação” estadunidense e procuraram ampliá-la e colocá-la em prática. Contudo, segundo expressa Martins (1996), a reforma agrária comprometia a base do poder. Uma reforma agrária distributiva, que fragmenta e redistribui a propriedade, solapa a base da existência política dessa gente, que é o latifúndio, a grande propriedade. Assim, para evitar as **reformas de base** que pareciam iminentes, desfechou-se o golpe de Estado, em 31 de março de 1964.

Nesse contexto, o governo militar, que assume após o golpe, elabora e envia ao Congresso o **Estatuto da Terra**, o qual é transformado em lei, em 30 de novembro do mesmo ano. O Estatuto da Terra, considerado uma proposta de reforma agrária moderada, procurava, a um só tempo, “possibilitar uma reformulação fundiária e desenvolver uma política agrária que levasse a agricultura brasileira a se enquadrar nos modelos capitalistas empresariais” (ANDRADE, 1987, p.71). Nesta mesma linha, Palmeira (1989) afirma que o Estatuto, em sua ambigüidade, abria espaço para diferentes vias de desenvolvimento. Todavia, apenas uma via foi priorizada: a da

⁵ Conforme Carvalho (1994), a bandeira da reforma agrária é o cimento entre os vários movimentos rurais e o elo de ligação entre o urbano e o rural.

modernização do latifúndio, em detrimento daquela que aparentemente era privilegiada pela letra da lei, a da formação de propriedades familiares. Para Martins (1996, p.32), “o Estatuto da Terra foi utilizado para desmontar as tensões sociais no campo e não para resolver a questão agrária; foi utilizado para resolver a questão política sem resolver a questão agrária”⁶.

Na década de sessenta, ganha forte impulso o processo de modernização da agricultura brasileira, que teve como principal objetivo desenvolver as relações capitalistas no campo e introduzir a agricultura no circuito econômico-industrial que estava se formando. Esse processo favoreceu principalmente a introdução de inovações tecnológicas nas grandes propriedades, sem causar alterações significativas na estrutura fundiária, o que justifica a denominação “modernização conservadora” dada a esta estrutura (SILVA, 1981).

De acordo com Medeiros (1994), fortes estímulos foram concedidos pelo Estado para a modernização tecnológica dos latifúndios, com vista a transformá-los no que o Estatuto da Terra denominava de “empresas rurais”. Para Santo (1998), a participação do Estado neste contexto foi principalmente como agente financiador, através do crédito rural subsidiado. O crédito era fornecido para determinadas culturas selecionadas (em sua maioria destinadas à exportação), mediante a aplicação do “pacote tecnológico” completo.

A extensão rural, criada oficialmente no Brasil no início dos anos 50 e consolidada nas décadas seguintes (MUSSOI, 1985), foi responsável pela disseminação do modelo conhecido por “Revolução Verde” no meio rural.

A pesquisa agrícola, por sua vez, tinha a incumbência de adaptar os produtos e tecnologias desenvolvidos em outros países para a realidade brasileira.

Também o ensino agrícola teve um importante papel nesse processo todo, “moldando” os técnicos que iriam atuar na extensão e na pesquisa de acordo com os interesses vigentes. Os resultados dessa política implementada, gerida e estimulada pelo Estado, podem ser visualizados nas tabelas 1 e 2.

⁶ Segundo Lins (1994), o INCRA foi, durante muitos anos, uma “extensão civil” do Conselho de Segurança Nacional.

Tabela 1: Estrutura Fundiária do Brasil - Estabelecimentos (1950 a 1995)

Classes de área (ha)	Estabelecimentos (%)						
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
< 10	34,4	44,8	51,4	52,2	50,4	53,0	49,7
10 a 100	51,0	44,7	39,4	38,1	39,2	37,2	39,6
100 a 1.000	13,0	9,4	8,5	8,9	9,5	8,9	9,7
> 1.000	1,6	1,0	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados adaptados de Oliveira (1994) e do Censo Agropecuário do IBGE/ 95/96.

Esses números, por si sós, demonstram o grau de concentração da estrutura fundiária brasileira e a intensificação desse processo nas últimas décadas.

Tabela 2: Estrutura Fundiária do Brasil - Área Total (1950 a 1995)

Classes de área (ha)	Área total (%)						
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
< 10	1,3	2,4	3,1	2,8	2,5	2,7	2,2
10 a 100	15,3	19,0	20,4	18,6	17,7	18,5	17,7
100 a 1.000	32,4	34,4	37,0	35,8	34,8	35,1	34,9
> 1.000	51,0	44,1	39,5	42,9	45,1	43,8	45,1
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados adaptados de Oliveira (1994) e do Censo Agropecuário do IBGE/ 95/96.

Levando-se em conta apenas o período de 1985 a 1995, tem-se que aproximadamente 906 mil propriedades menores que 100 ha deixaram de existir. Dessas, 662 mil eram menores que 10 ha⁷.

⁷ Segundo dados apresentados pelo governo, somente na década de 1970, no estado do Paraná, 2.650.000 pessoas, que moravam em pequenas propriedades, ou nas fazendas, prestando serviço para agricultores de grandes posses, abandonaram o campo.

Em meados dos anos oitenta, com o início da “Nova República” e a intensa mobilização de alguns setores da sociedade (favorecidos pelo processo de “redemocratização”), o governo lança o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias. No entanto, foram tantas as reações contrárias ao plano, provenientes dos latifundiários, como, por exemplo, uma que previa que os instrumentos principais do PNRA passassem a ser a colonização, a discriminação de terras públicas e a tributação, exatamente os instrumentos que eram considerados complementares, o que acabou implicando em substanciais alterações⁸.

Ao final do período da Nova República, o total de famílias assentadas não chegou a 7% do valor inicialmente planejado. A desapropriação alcançou somente cerca de 10% do total que havia sido programado.

Em 1994, com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária ganha um certo impulso, mas ainda está longe do que esperam as entidades que lutam por ela. Na verdade, o que o governo pôs em prática foi uma política de assentamentos rurais, que tinha por objetivo aliviar as tensões sociais nas regiões de maior conflito agrário. Essa intenção está bem expressa no Novo Mundo Rural, (Plano de Desenvolvimento Rural do BIRD para a América Latina e Caribe, 2001) onde são enfatizadas políticas e programas que permitiriam a descentralização das ações de reforma agrária, transferindo obrigações constitucionais da esfera federal para estados e municípios.

A impressão que se tem com esta preocupação de criar novas formas de acesso à terra é a de que, pelo menos diante dos números que indicam que foram assentadas 635.035 famílias em oito anos, a reforma agrária via desapropriações tenha acontecido. Não obstante, uma auditoria feita pelo INCRA, em 2003, e publicada por Eboli (2003), mostrou que 92% das famílias assentadas pela reforma agrária nos últimos oito anos não tiveram acesso a abastecimento de água. Também 88% dos assentados não têm energia elétrica e 81% não têm estradas para acesso às suas terras e ao escoamento da produção. Ainda segundo a auditoria, apenas

⁸ Essas alterações, que davam um caráter excessivamente conservador ao Plano, levaram o Presidente do INCRA e principal criador do PNRA, José Gomes da Silva, bem como quase toda a equipe estrutural, a renunciar, em 18 de outubro de 1985, com o seguinte pronunciamento: “*Tenho compromisso com vários grupos vinculados à terra. Se ficar, perco a confiança deles também. Deixo a presidência do INCRA para lutar, fora do governo, pelo que considero a verdadeira Reforma Agrária, que não é feita por um cidadão, e sim pelos trabalhadores rurais*” (LISBOA, 1988). Para saber mais sobre o conteúdo detalhado dessas alterações, ver em Guedes Pinto (1996) e Silva (1999).

32% dos assentados recebeu o Programa de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), que deveria ser elaborado pelo governo, e 43% receberam crédito para habitação. Sobre assistência técnica, apenas 47% das famílias receberam orientação. A melhor performance foi no pagamento do chamado crédito de apoio, que beneficiou 59% das famílias assentadas. A auditoria concluiu que a reforma agrária no governo Fernando Henrique Cardoso não atendeu às expectativas dos sem-terra e levou milhares de famílias de assentados a um estado de maior pobreza.

3.2 Cooperação Agrícola: A Salvação da Lavoura?

Diante dessa situação de desagregação e expulsão do pequeno produtor do campo, um discurso reiteradas vezes proferido é o de que os agricultores ditos periféricos deveriam buscar parcerias e trabalharem em conjunto. O próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST adota esse discurso em seus acampamentos e nos assentamentos que coordena⁹.

De acordo com o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB (1998, p. 28) - os assentamentos devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, “desenvolvendo valores humanistas e socialistas. [...] [A cooperação] deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade”.

Essa declaração demonstra que, para o MST, a cooperação se apresenta como uma garantia à sobrevivência dos assentados frente às dificuldades vivenciadas pela agricultura atualmente, como o próprio texto a seguir sugere:

Ao iniciar uma experiência de cooperação, os assentados envolvidos devem ter clareza de que, na medida em que acontecem determinadas condições objetivas, a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar. Sem este salto de qualidade, a forma entra em crise, estagna e tende a quebrar. A cooperação precisa ser compreendida como um processo. (CONCRAB, 1998, p.22)

⁹ Não é intenção desse tópico prestar apoio ou julgar o mérito da forma em que esse movimento atua, mas sim destacar o debate em torno das formas de organização e divisão social do trabalho que o MST incorpora e aplica, no sentido de poder contribuir para discussão dos resultados dessa pesquisa.

A cooperação é vista como uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com a organização dos assentados em núcleos de base e a liberação de militantes para a luta política, bem como para a luta econômica (CONCRAB, 1988).

Essa concepção de cooperação como uma luta mais ampla que a viabilização econômica faz com que o MST já enxergue e se preocupe com esse processo na fase de acampamento. As experiências vividas nesse período (frentes de trabalho, grupos de discussão, cozinhas coletivas, etc.) são importantes para a definição das formas de organização a serem adotadas num futuro assentamento.

3.2.1 Trajetória da cooperação nos assentamentos

Segundo Stédile e Fernandes (1999), nem sempre essa convicção política acerca da necessidade de adotar a cooperação como elemento fundamental do processo de desenvolvimento dos assentamentos esteve presente em todos os momentos da história do MST. De acordo com esses autores, no princípio era muito difícil discutir a organização da produção, já que a maior parte dos militantes tinha em vista a conquista da terra como o objetivo principal, senão exclusivo, de sua luta.

Nesse primeiro período, compreendido desde as primeiras ocupações (em 1979) até aproximadamente 1985, predominou uma visão “romântica” da agricultura. O único debate que surgia nessa época sobre esse tema provinha dos setores ligados à Igreja Católica, apresentando o que os autores denominam de “viés idealista e cristão”: “Será que não é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver mais fraternalmente se fizer mutirão?”.

Com o passar do tempo, as lideranças do Movimento começaram a perceber que apenas ocupar e distribuir terras não resolvia o problema. Teve início assim um período de estudos de textos e debates teóricos.

Mas foi apenas a partir do momento em que os próprios assentados passaram a sentir as dificuldades reais de organizar sua produção (agravadas com o fim gradual dos subsídios agrícolas nos últimos anos do regime militar e início da Nova República), que a discussão ganhou corpo dentro do MST. Começou então o que Stédile e Fernandes (1999) chamam de **período de descoberta**, que durou de 1986 a 1990. Nesse período, várias experiências de cooperação agrícola foram feitas nos assentamentos, das quais se tiraram importantes lições; dentre elas se destaca a constatação de que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis, levando em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que

vai adotá-las (MST, 1996). Isso, entretanto, sem abandonar o ideal da produção totalmente coletivizada, que se transformou numa proposta a ser trabalhada de maneira gradual nos assentamentos.

A percepção da importância da cooperação para a melhoria das condições de vida dos assentados fez com que surgisse uma série de associações e de cooperativas por todo o país, além de diversas centrais cooperativas estaduais, culminando com a criação da CONCRAB e do Sistema Cooperativista dos Assentados, em 1992.

3.3 Formas de Organização do Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária, Segundo o MST

Desde a criação dos primeiros assentamentos até os dias atuais, diversas são as formas de cooperação que foram experimentadas dentro desses espaços. Algumas por iniciativa ou influência direta das direções e coordenações do Movimento Sem-Terra. Outras, surgidas de maneira mais espontânea, por iniciativa dos próprios assentados.

Apresentar-se-á a seguir uma breve descrição das principais formas de cooperação, tomando-se como base de consulta o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 (CONCRAB, 1998). A seqüência de apresentação obedece à hierarquização que lhes é atribuída pelo Movimento, segundo o qual a cooperação estende-se desde as formas mais simples (mutirão, puxirão, troca de serviço), até às mais complexas (Cooperativa de Produção Agropecuária):

- a) **mutirão, puxirão, troca de serviço:** são as formas mais simples e espontâneas de cooperação, consistindo na ajuda mútua e troca ocasional entre os assentados individuais, principalmente vizinhos ou parentes. É utilizada nos serviços de capina, plantio, colheita e outros que demandem intensa força de trabalho concentrada em alguns momentos do ciclo produtivo;
- b) **núcleos de produção:** é a união de assentados individuais que se juntam com o objetivo de organizar a produção. A aglutinação pode se dar em função de proximidade, parentesco ou por linha de atuação em comum. A produção é discutida e planejada em conjunto, mas os meios de produção e a

execução das atividades permanecem individuais;

- c) **associações:** podem ser de vários tipos e finalidades, como:
- aquisição de animais e máquinas;
 - transporte;
 - comercialização;
 - representação política, etc. A compra de máquinas em conjunto é o tipo mais comum nos assentamentos. O planejamento da produção geralmente é individual, com exceção daquelas atividades que fazem parte do escopo da associação. Os meios de produção, excetuando-se os da associação, também permanecem sob propriedade individual.
- d) **grupos semicoletivos:** nesses grupos, parte da terra é destinada ao uso coletivo e parte ao uso individual. A proporção destinada a um ou a outro varia de grupo para grupo. Geralmente as áreas individuais são destinadas às atividades de subsistência, e as áreas coletivas, aos produtos direcionados ao mercado. O planejamento da produção da parte coletiva é feito pelo grupo todo. Dos investimentos efetuados em meios de produção, uma parcela destina-se ao coletivo e outra ao individual;
- e) **grupos coletivos:** a produção é toda coletiva. O título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome de cada membro do grupo, mas não há divisão dos lotes. Em geral, toda a área fica submetida ao planejamento do grupo. Os investimentos em meios de produção são feitos coletivamente. Nessa forma de organização, existe um elevado grau de divisão social do trabalho, sendo a aplicação da força de trabalho planejada pelo grupo;
- f) **cooperativas de prestação de serviço:** têm por objetivo planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados de um determinado assentamento, independente de eles produzirem individualmente ou participarem de algum grupo. As cooperativas de prestação de serviço dedicam-se basicamente à comercialização, assistência técnica, ao serviço de máquinas e à instalação de unidades de processamento. O planejamento das atividades fica a cargo de cada indivíduo ou grupo, mas a cooperativa pode estabelecer prioridades e estimular a produção de certos produtos;
- g) **cooperativas de prestação de serviços regionais:** também conhecidas como Cooperativas Regionais, são semelhantes às cooperativas de

prestação de serviço, mas possuem uma abrangência maior. Normalmente atuam com a comercialização da produção e de insumos, no beneficiamento, na assistência técnica e, em alguns casos, na organização da produção;

- h) **cooperativas de produção e prestação de serviço**: é considerada uma espécie de transição entre a cooperativa de prestação de serviço e a cooperativa de produção agropecuária. Quando a primeira deixa de apenas prestar serviços e passa também a organizar a produção e a industrialização de um determinado produto, ela torna-se uma cooperativa de produção e prestação de serviço;
- i) **cooperativas de produção agropecuária**: no interior do MST, as cooperativas de produção agropecuária são consideradas “a forma superior de organização da produção”. São muito semelhantes aos grupos coletivos, diferindo-se principalmente pela personalidade jurídica. O título de propriedade ou concessão de uso da terra pode permanecer tanto em nome do indivíduo como em nome da própria cooperativa.

3.4 A Pluriatividade

A agricultura familiar possui uma capacidade de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas, além de poder buscar alguma receita fora do estabelecimento produtivo. Essa plasticidade é decorrente da característica da atividade agropecuária, em que o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função, além da atividade agrícola, e que autores como Kageyama (1998) e Silva (1999) chamam de pluriatividade.

Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade possui sua unidade de análise na família e contribui para compreender o arranjo das atividades agrícolas e não agrícolas, externas e internas à unidade de produção rural, que é a sua condição. Entretanto, o termo "trabalho em tempo parcial" retrata a iniciativa do chefe da família e serve para perceber a dicotomização individual do trabalho entre campo e cidade, entre agrícola e não agrícola.

Baptista (1997) salienta que as principais causas da pluriatividade são a necessidade de fatores de produção (como terra e capital) e a desocupação da força

de trabalho. E estes elementos são relativos à estratégia de sobrevivência do grupo doméstico e da reprodução dos ativos na exploração agrícola.

Por outro lado, Blanc (1987) afirma que o termo pluriatividade não é um conceito, mas uma noção empírica que corresponde às situações em que a família agrícola não obtém a totalidade de suas rendas da produção agrária primária, nem tampouco dedica a esta a totalidade de seus recursos, o que constitui uma situação presente nos projetos das Vilas Rurais.

No meio rural, deslocar-se todo dia cerca de uma hora para trabalhar na cidade é uma rotina cada vez mais comum para algumas famílias do campo, tanto por estilo de vida, quanto por alternativa de sobrevivência. Atividades de pedreiro ou carpinteiro, tanto na cidade como na própria localidade em que residem, são exemplos de trabalhos que os agricultores pluriativos realizam. Mas eles também podem atuar na prestação de diversos serviços ou são assalariados em indústrias, mesmo residindo no campo. Nestes casos, algumas empresas mandam ônibus buscar os trabalhadores, que acabam viajando de 40 minutos a uma hora até chegarem ao local de trabalho.

Dessa forma, a pluriatividade pode ser vista como a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma família. Assim, em vez de se dedicarem exclusivamente à produção agrícola, essas unidades familiares pluriativas, dependendo do contexto em que as famílias se inserem, têm passado a produzir artesanato, doces, erva-mate, turismo rural, entre outros.

4 O PROJETO DAS VILAS RURAIS

O projeto Vilas Rurais foi concebido em 1994, compondo a plataforma política do candidato e futuro governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner (1995-2002)¹⁰. A idéia básica exposta no projeto previa melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais volantes e de seus familiares, através da sua manutenção/reinserção no meio rural, numa pequena parcela de terra chamada lote, além de poderem trabalhar em outros locais. Desse modo, o governo esperava evitar a migração campo-cidade, alcançando o bem-estar social de uma parte da população ou, como é afirmado no documento, “criar um chão para que o trabalhador rural volante voltasse a ter suas raízes na terra, segurando com dignidade o homem no campo e assegurando o trabalho para o ano todo”.¹¹

Segundo o projeto, alcançar esse objetivo requer ações de múltiplas frentes, em que se procure garantir: alimentação de qualidade, melhora dos níveis de saúde da população, atendimento educacional, oferta de cursos profissionalizantes e, finalmente, aumento da renda monetária.

4.1 Operacionalização do Projeto

Para alcançar seu objetivo, o projeto Vilas Rurais é operacionalizado através da parceria entre governo estadual e prefeituras municipais, obedecidas as formalidades legais (anexo E).

Cada vila deve conter no máximo cem unidades, cada qual com uma casa de 44,5m², com infra-estrutura de água, energia elétrica e sistema sanitário. O beneficiado também pode escolher o material a ser utilizado, bem como será feita a divisão interna da casa. As áreas dos lotes, equivalentes a, aproximadamente, 0,5

¹⁰. Segundo o Governo do Estado, o programa Vila Rural foi criado objetivando solucionar problemas que tiveram início na década de 70, quando o país optou por uma política agrícola de produção de grãos para a exportação, em lugar da produção de alimentos e, por conseguinte, apoiou a modernização e tecnificação da agricultura.

¹¹ PARANÁ. Secretaria Especial de Política Habitacional e da Companhia de Habilitação do Paraná. **Bem morar**. Curitiba, s.d.

ha permitem a produção agrícola em pequena escala.

Concluída a fase de aquisição de terreno, onde será instalada a nova Vila, a prefeitura e o governo selecionam as famílias inscritas que melhor atendem os requisitos do programa.

Para participar do programa, o chefe de família deverá atender aos seguintes requisitos: a) ser trabalhador rural volante com experiência agropecuária; b) ter no máximo cinqüenta e cinco anos e ter família constituída de filhos menores; c) ser morador do município há mais de dois anos, sem porém possuir imóvel próprio; d) exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais; e) apresentar renda familiar entre um e três salários mínimos e estar vivendo em condições precárias.

Reuniões serão realizadas pela Companhia Paranaense de Habitação - COHAPAR - para informar as famílias selecionadas sobre as etapas a serem seguidas. As famílias iniciam participando em um programa de discussão do projeto, participando também de uma série de reuniões para a formação de uma associação de moradores a ser formalmente constituída como órgão representativo da Vila e como entidade de comercialização da produção. Através do sistema de auto-gestão, as famílias escolhem o lote e constroem a casa com o financiamento da Caixa Econômica Federal, na localização preferida no lote. Sistema que, segundo o governo do Estado, busca respeitar a expressão de individualidade do morador e, ao mesmo tempo, evitar gastos para as prefeituras com mão- de- obra, que fica a cargo do futuro vileiro¹².

O financiamento da propriedade é pago pelos moradores, sendo dividido em duas etapas. Nos trinta meses iniciais, período de concessão de uso, a família beneficiada passa por um período de avaliação (onde são observados o seu cuidado com o lote, inadimplência, comportamento). Durante esse período, a residência não pode ser vendida ou alugada sob a pena de desclassificação e substituição da família do programa. A prestação inicial do financiamento é de aproximadamente 10% do salário mínimo (o equivalente hoje a R\$ 26,00 mensais), sendo reajustadas na mesma proporção do salário mínimo. No término do período de concessão de uso, se a família cumpriu com os compromissos exigidos pelo programa, receberá a escritura de compra e venda da área. Após este período, se aplicará a taxa de 2%,

¹² No entanto, na Vila Rural Santa Clara, os cinqüenta e oito lotes foram sorteados às famílias selecionadas após a conclusão das obras.

em cima do montante final do período de concessão de uso (o que equivaleria a prestações de aproximadamente R\$ 35,00 mensais, durante vinte e cinco anos), podendo sofrer reajustes conforme o salário mínimo.

Além dos municípios, doze secretarias estaduais¹³ participam da discussão e execução das diferentes etapas/ações desse programa. Cada instituição possui suas funções e atribuições. A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a EMATER e a CODAPAR, por exemplo, são as responsáveis pela assistência agrícola nas Vilas Rurais, devendo realizar discussões com os moradores, visando orientá-los na exploração dos lotes.

Nessas reuniões, deverão ser discutidas as questões da criança e do idoso, destacando-se a importância da participação nos devidos conselhos. São previstas, também, atividades voltadas para questões como saúde e planejamento familiar, além de cursos de iniciação profissional nas áreas industrial, de artesanato, de culinária e higiene. A relação dos vileiros com as comunidades locais é feita, inicialmente, por técnicos das secretarias que gerenciam o projeto. O objetivo principal é despertar os participantes para a necessidade de trabalhos conjuntos.

A avaliação desses objetivos, no tocante à Vila Rural Santa Clara e à realidade vivenciada por cada vileiro em sua pequena propriedade, será discutida no próximo capítulo.

4.2 Vila Rural: Caráter Rural ou Urbano?

A criação das vilas rurais suscitou um novo debate a respeito do significado de urbano e de rural. Há muitas discussões, ainda sem definição, a respeito da forma do imposto territorial a ser cobrado, pois, como os lotes das vilas possuem apenas 0,5 hectare, o INCRA não as considera como terras rurais, mas sim urbanas. Portanto, cabendo sua tributação como imóvel urbano, eleva consideravelmente

¹³ Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB; Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR; Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR; Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; Companhia Paranaense de Energia - COPEL; Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR; Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT; Secretaria de Estado de Educação - SEED; Secretaria de Estado da Saúde - SESA; Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA; Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

seus custos e impossibilita os vileiros de receberem o título de posse do lote como propriedade rural. A indefinição territorial, no entanto, não impossibilita a criação de uma forma diferenciada de tributação que venha a favorecer o homem integrado na Vila Rural.

Como citado anteriormente, um dos objetivos desse programa é que, por meio da aquisição dos lotes, os moradores possam praticar uma produção agrícola para seu autoconsumo e, ainda, comercializar o excedente como forma de complementar sua renda mensal, obtida a partir do trabalho rural e urbano fora do lote.

Constatando a realidade das vilas, pode-se verificar que a quantidade da produção agrícola é ínfima para suprir as necessidades básicas dos vileiros. Este fato se deve ao reduzido tamanho do lote e à falta de incentivos destinados aos moradores.

Na perspectiva do governo, as Vilas Rurais são vistas a partir da ótica de um processo de “urbanização” do campo. No entanto, essa denominação merece ser relativizada, considerando que urbanização é um processo de territorialização das cidades.

Na realidade, o que está acontecendo é a implantação de infra-estrutura social no campo. Sendo assim, na falta de um conceito adequado, chama-se esse processo de “urbanização” do campo.

É perfeitamente observável que a criação das Vilas Rurais, bem como de assentamentos rurais têm causado impactos socioterritoriais, pois, com a implantação de redes, na maioria dos casos precária e de infra-estrutura em geral também deficiente, como, por exemplo: eletrificação rural, escolas, postos de saúde, água, transporte, entre outros, constata-se que esses elementos não são próprios do urbano, nem de qualquer espaço geográfico habitável. Nesse caso, o que se nota é a configuração de uma nova ruralidade, onde o campo também recebe políticas públicas que antes eram quase que exclusivas das cidades.

A questão em foco é, em parte, pensada por Wanderley (2001) para os países desenvolvidos, referindo-as a um espaço denominado **continuum rural-urbano**, ou seja, os locais onde se identifica a proximidade e a continuidade espacial entre o meio urbano e o rural, a partir das relações estabelecidas, tanto de trabalho como de busca de infra-estruturas.

Schneider (1994) denomina o **continuum rural-urbano** como um processo de periurbanização, ou seja, são espaços que combinam ao mesmo tempo aspectos

rurais e urbanos, emergindo um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade dos trabalhadores.

Para Schneider (1994), o processo de periurbanização tem como características principais a plurifuncionalidade no uso do solo, podendo servir tanto como fator de produção, reserva de valor ou um valor subjetivo e patrimonial; e a pluriatividade das relações de trabalho, através da combinação de atividades agrícolas, não-agrícolas e trabalho assalariado.

Nesse contexto, a característica mais evidente nas vilas é a presença da pluriatividade dos moradores como forma pela qual a maior parte deles consegue auferir renda. Como já foi afirmado, a produção para autoconsumo não se concretiza, o que dificulta sua reprodução enquanto produtores autônomos rurais, servindo as vilas como reserva de mão-de-obra para outros setores.

Para Silva (1999, p. 117),

as Vilas Rurais deveriam ser suficientemente grandes, para possibilitar a criação, no seu interior, de demandas de bens e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda.

Os serviços mencionados estão relacionados às atividades não-agrícolas, ou seja, o autor apresenta sua compreensão de “urbanização” do campo, no que se refere às pequenas propriedades, pois não são necessários incentivos para a produção agrícola, mas sim em outras atividades acessórias, na medida que os responsáveis pela produção agropecuária são os Complexos Agroindustriais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Vila Rural Santa Clara é formada por cinquenta e oito lotes distribuídos em 39 ha de área total. No final do ano de 2000, houve uma pré-inauguração, com posterior ocupação no início do ano 2001.

A inauguração oficial da Vila aconteceu no mês de abril de 2002, ocasião em que também foi inaugurado um salão social, o denominado “Galpão da Vila,” servindo de apoio para reuniões, festas e eventos. Atualmente, a Vila é constituída por cinquenta e seis propriedades.

5.1 Perfil Sociocultural

Constatou-se que aproximadamente 81% das famílias assentadas na Vila Rural Santa Clara são originárias do próprio município de Marechal Cândido Rondon (Figura 1), ou que residem nesse município há bastante tempo (pelo menos 85% das famílias há mais de cinco anos), conforme pode ser observado na Figura 2. Essa constatação pressupõe um bom conhecimento e adaptação às características socioculturais e físicas da cidade. Dos demais assentados, 14% é oriunda de outros municípios do Paraná e somente 5%, ou três famílias, derivam de outros estados.

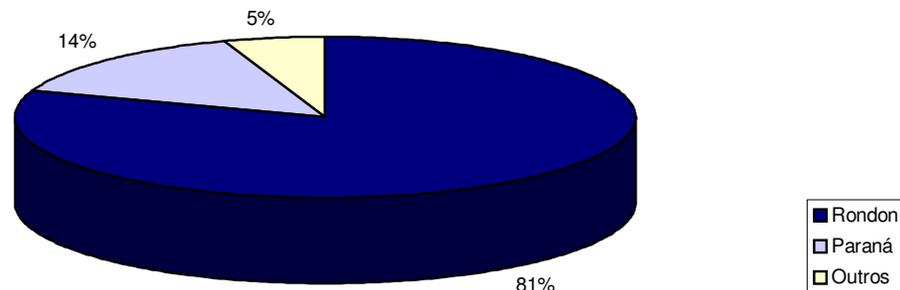


Figura 1: Procedência das famílias da Vila Rural Santa Clara

Fonte: Dados da pesquisa de campo

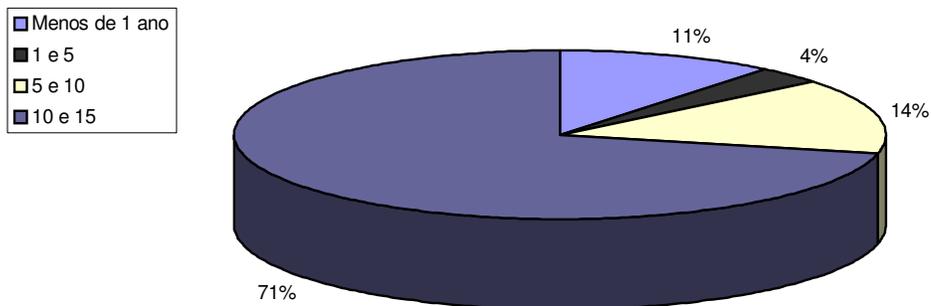


Figura 2: Tempo de residência no município de Marechal Cândido Rondon

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Com relação à idade, observou-se, analisando toda a população da Vila (cerca de duzentas e setenta e duas pessoas) que os indivíduos das faixas etárias entre vinte e quarenta, considerados a força de trabalho mais atuante e ativa, somam aproximadamente 33%. Contudo, a maior fatia encontra-se nas faixas etárias inferiores a vinte anos, que congregam 53% do total de residentes no assentamento. Essa é uma questão que merece reflexão, haja vista que uma parcela significativa desses jovens são potenciais demandantes de terra e, mantidas as condições atuais, sérios candidatos a se transformarem em novos sem-terra, num futuro bem próximo.

Na Tabela 3, pode ser observado o grau de instrução dos moradores da Vila, em que 32% concluíram somente o ensino básico.

Tabela 3: Escolaridade dos Moradores da Vila Rural Santa Clara

Grau de Escolaridade	Número	Porcentagem
Básico completo	59	32
Básico incompleto	57	32
Médio completo	17	09
Médio incompleto	46	26
Superior completo	01	01
Total	180	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados apresentados referem-se à população total do assentamento, incluindo-se as crianças e os jovens em idade escolar que ainda freqüentam a escola. Entretanto, se tomarmos apenas os titulares dos lotes e seus respectivos cônjuges, que, em geral, constituem o centro decisório do núcleo familiar, a situação torna-se mais preocupante: 66% dos indivíduos possuem, no máximo, escolaridade de 1^a à 4^a série. O baixo nível de escolaridade torna-se mais problemático quando se analisa que são essas pessoas as responsáveis pela administração e gerenciamento dos lotes. Também a baixa capacitação de grande parte dos assentados e as dificuldades de aprendizagem causadas pela escolaridade reduzida, podem, em alguns momentos, tornar-se fatores de entrave ao processo de desenvolvimento.

Muito embora a Vila não possua escola¹⁴, quando indagados sobre qual o principal problema enfrentado, somente 4% referiram-se à educação. A Prefeitura Municipal responsabiliza-se pelo transporte dos estudantes até à escola mais próxima¹⁵. A grande queixa, entretanto, é que esse transporte, que antes era realizado no horário matutino e vespertino, passou a ser feito somente no matutino.

No que tange às atividades anteriores desses moradores, antes de serem assentados, 45% afirmam terem-se dedicado exclusivamente à agricultura (em áreas próprias, arrendadas, como meeiros ou na propriedade dos pais) ou, no máximo, terem passado por pequenas experiências como empregados (seja urbanos ou rurais), em geral inferiores a um ano. Os 55% restantes dividem-se igualmente entre aqueles que antes do assentamento atuaram, preponderantemente, como empregados urbanos (empregada doméstica, construção civil) ou rurais (trabalhando principalmente em empresas de reflorestamento).

De qualquer forma, em graus diferenciados, todos os entrevistados demonstraram ter tido algum contato anterior com a produção agrícola, até porque essa é uma das condições para ser atendido pelo programa, mesmo que, em alguns casos, essa se destinasse exclusivamente ao autoconsumo ou à complementação da renda proveniente de outras atividades.

¹⁴ Esse fato corrobora com o trabalho encaminhado por Souza e Grossi (2000) que, pesquisando nove vilas rurais, averiguaram que apenas cinco possuíam escola.

¹⁵ As outras dificuldades apontadas pelos moradores referiam-se à saúde, com 47,5%, seguidas pelo transporte, com 34,8%.

5.2 Perfil Socioeconômico

Como a produção é insuficiente para o consumo, o trabalho fora dele se torna de extrema relevância para as famílias, caracterizando as Vilas Rurais como local de reserva de força de trabalho, tanto para o meio urbano como para o meio rural. E seus moradores são vistos como trabalhadores temporários, pois como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda.

Deste modo, pode-se verificar a pluriatividade dos vileiros como uma estratégia de sobrevivência, porque somente com a produção no lote não conseguiriam a renda necessária para sua subsistência.

No que se refere à ocupação das famílias, observou-se que 53% delas dependem exclusivamente da atividade agrícola. Apesar dessa predominância, pode-se dizer que a pluriatividade é um fenômeno importante e atinge 24% das famílias.

Tabela 4: Tipos de família da Vila Rural Santa Clara

Tipos de Família	Número	Porcentual
Agrícolas	30	53
Pluriativas	13	24
Não-agrícolas	12	21
Inativas e desempregados	1	2
Total	56	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nas vinte e cinco famílias que se consideraram pluriativas ou não-agrícolas, somente 32% delas, cerca de oito famílias têm emprego fixo, como pode ser observado na Figura 3.

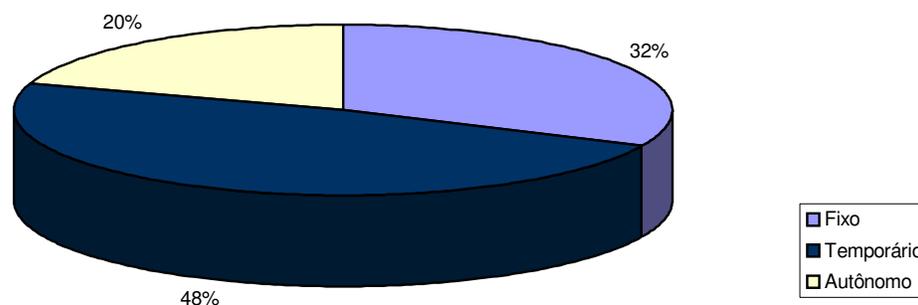


Figura 3: Tipificação dos Empregos dos Moradores da Vila Rural Santa Clara

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Essa instabilidade na geração de renda faz com que 66% das famílias apresentem rendas inferiores a dois salários mínimos, como está exposto na Figura 4.

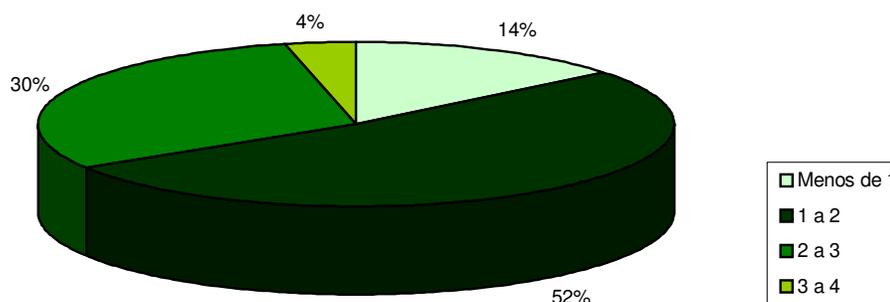


Figura 4: Renda Bruta Mensal – Salários Mínimos - das Famílias da Vila Rural Santa Clara

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A constatação de que não há família que apresente renda superior a três salários mínimos, incluindo o autoconsumo, assemelha-se às condições encontradas por Sanchet (2000). Essa pesquisadora, ao analisar outras vilas rurais do estado do Paraná, apurou que a maioria das famílias (65%) apresentava rendas na faixa de até três salários mínimos. Com base também em outros parâmetros, a autora conclui que 83,7% da população moradora das Vilas rurais encontram-se na condição de pobreza, sendo que uma parcela significativa é extremamente pobre. De acordo com esses resultados, pode-se perceber que o programa não se tem apresentado capaz

de superar as condições que colocam essas famílias em situação de pobreza.

Esse quadro poderia assumir outra condição se, pelo menos, fosse atendido um dos objetivos do programa, que é o de gerar excedentes na produção agrícola, que permitiriam um incremento na renda. No entanto, como pode ser observado na Tabela 5, cerca de 51% das famílias não conseguem gerar excedentes.

Tabela 5: Existência de Excedente de Produtos Agropecuários para Venda e Interesse do Produtor da Vila Rural Santa Clara em Produzir Novos Produtos

	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Excedente de produtos	27	49	29	51	56	100
Interesse em produzir outros produtos	52	94	04	06	56	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

No que se refere aos aspectos produtivos, observou-se, vide Anexo C, que as famílias combinam uma atividade agrícola de subsistência, caracterizada pela produção de milho, de feijão, de mandioca, de legumes e de verduras, com a criação de aves.

Ressaltando a importância do autoconsumo, Couto (1999) aponta-o como uma das principais estratégias de sobrevivência e permanência do grupo familiar na propriedade. Há, todavia, uma grande diversidade entre os estabelecimentos no que se refere aos tipos de produtos consumidos, proporção de autoconsumo e, principalmente, o significado dessa prática para os diversos produtores.

Ao analisar os dados obtidos pela pesquisa internacional coordenada por Hugues Lamarche (*apud* WANDERLEY, 1995) apresenta os casos da Polônia, França e Brasil. Na Polônia, o autoconsumo está relacionado às restrições de mercado e assume uma proporção bastante elevada no total da produção obtida. Na França, por sua vez, o autoconsumo constitui uma prática que mantém e reforça certa tradição camponesa, além de assegurar melhor qualidade de vida pela origem conhecida e controlada dos produtos. Já no Brasil, afirma a autora, essa prática está associada principalmente à necessidade de garantir a alimentação de base da

família.

Segundo Abramovay (1994), a questão fundamental que deve ser observada não é o autoconsumo em si, presente em praticamente todas as unidades de produção agrícola (embora em graus diferenciados), mas sim a **flexibilidade** entre consumo e venda de um produto, em função de circunstâncias ocasionais.

Para reforçar a sua idéia, o autor cita o exemplo da produção de mandioca no Nordeste, em que o agricultor pode “jogar” com as condições de mercado e optar pela venda ou consumo direto, dependendo da situação do momento. Caso o mercado não seja propício, o objetivo central de abastecer e garantir a sobrevivência da família não estará comprometido. Isso explicaria, por exemplo, o fato de a mandioca ocupar um espaço tão crucial na vida desses agricultores, em detrimento de outras culturas teoricamente bem mais rentáveis.

O fator que torna possível a flexibilidade entre produção e consumo é a **alternatividade** de algumas culturas alimentares.

Conforme Garcia Jr (1989), a alternatividade é a propriedade apresentada por alguns produtos agrícolas de terem utilidade dupla, servindo tanto para a venda como para o consumo direto. Essa característica reforçará a presença desse tipo de cultura nas propriedades, em relação àquelas tipicamente comerciais.

Martins (1990), por outro lado, parece desconsiderar o princípio da alternatividade. Ao relatar a pesquisa realizada no Alto Paraíba (SP), ele se utiliza da expressão economia de excedentes para caracterizar o tipo de relação dos “caipiras” daquela região com o mercado. Segundo esse autor, de forma alguma se trata de uma economia de subsistência, pois esses produtores encontram-se integrados no mercado. O que se verifica é a comercialização de excedentes agrícolas e pecuários, uma vez assegurada previamente a produção direta dos seus meios de vida. Contudo, o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência.

Ainda observando-se a Tabela 5, pode-se perceber que a grande maioria, 94% das famílias apresentam interesse em outros produtos, descritos no anexo D, que não estão sendo produzidos atualmente na propriedade. A assistência técnica, nesse caso, seria de extrema importância, dada a inexperiência na atividade agrícola de algumas famílias, a falta de tradição no gerenciamento da propriedade, o longo período em que muitos estiveram afastados da agricultura e o desconhecimento das características do novo ambiente do qual passam a fazer parte.

A própria segurança representada pela presença do técnico pode ser um fator que predispõe o assentado a buscar alternativas (culturas ou práticas) diferenciadas. No entanto, esse anseio não está sendo atendido, posto que apenas 16% das cinquenta e seis famílias declararam receber assistência técnica¹⁶. Outro problema apontado pela população foi a falta de sementes para o plantio, presente em 14% das famílias e falta de água para irrigação (13%).

Quanto aos cursos profissionalizantes, anunciados pelo Governo Estadual, verificou-se que apenas 25% dos moradores fizeram um ou mais cursos, dentre eles: corte e costura industrial, operadores de máquinas, cargas perigosas, eletricista, panificação e confeitaria.

Abordados nas entrevistas sobre os motivos que levaram a 75% dos moradores a não participar dos cursos, a expressiva maioria atestou falta de tempo, ou que o período do curso coincidia com horários de trabalho. Constatou-se também que alguns não participaram por falta de interesse.

Mediante a frágil situação econômica apresentada pelas famílias, surgiu a preocupação sobre como está sendo realizado o pagamento das prestações. Constatou-se, todavia, que apenas 25% dos moradores entrevistados estavam com problemas referentes ao pagamento. Na maioria dos casos, a irregularidade consistia na cobrança em datas não coincidentes com o recebimento de salários ou aposentadorias, sendo que, até a data de vencimento da prestação, o dinheiro fica comprometido com outras obrigações, principalmente com alimentação.

5.3 Perfil Sócio-Político

Quando se avaliam os dados da Tabela 6, é evidenciada a receptividade frente à organização social do meio por métodos associativistas e cooperativistas. Nota-se que 95% das famílias acham válido o associativismo, bem como 87% são favoráveis a participar de alguma associação. Mesmo não sendo dada muita importância à associação, existe até um barracão construído para tal, mostra-se que 37% dos entrevistados participam ou já participaram de algum tipo de associação (em sua maioria ligada a movimentos religiosos).

¹⁶ Dessas nove famílias que recebem ou receberam atendimento técnico, cinco receberam assistência técnica da EMATER e duas da prefeitura municipal.

Tabela 6: Condições atuais do associativismo dentro da Vila Rural Santa Clara

Sobre o associativismo	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A família participa de alguma associação.	21	37	35	63	56	100
O entrevistado acha válido o associativismo.	53	95	03	5	56	100
Tem interesse em participar de alguma associação.	49	87	07	13	56	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Apesar da cooperação apresentar uma série de vantagens do ponto de vista produtivo e econômico, sua adoção, como pode ser observado, não é generalizada.

Torna-se fundamental, portanto, proceder a uma análise dos diversos fatores que, de uma maneira ou de outra, podem afetar a organização dessas Vilas.

O grau de aceitação ou rejeição das propostas coletivas vai depender, em grande medida, da trajetória de vida dos beneficiados. Aqueles que já tiveram alguma experiência de trabalho coletivo ou com divisão social do trabalho, o que representa uma minoria, tendem a se mostrar mais receptivos à formação de grupos, com maior nível de coletivização. Para reforçar esse argumento, mais uma vez se usa o exemplo do MST, que reconhece a influência e importância da trajetória de vida nas formas de cooperação adotadas nos assentamentos, ao afirmar que

os trabalhadores que ocupam terra e facilmente optam pelo trabalho coletivo, na maioria dos casos, já passaram pelo trabalho coletivo nas fazendas ou fábricas nas cidades [...]. Por outro lado, muitos ocupam terra e não querem nem ouvir falar de trabalho coletivo, preferem o trabalho individual, a propriedade individual, porque sua origem está na pequena produção artesanal [...], o modelo de desenvolvimento do qual fizeram parte foi baseado no trabalho individual. (MST, 1991, p.137)

Utilizando-se ainda o exemplo do MST, até mesmo o fato de ter ou não participado de ocupações de terras e de acampamentos é capaz de dar origem a comportamentos diferenciados. Kleba (1994) afirma que os assentados que passaram por essas experiências, adquiriram uma capacidade de auto-organização e uma permeabilidade à cooperação que os demais não obtiveram.

Tratando-se das Vilas Rurais, a conquista da terra não foi obtida por forma de pressão em conjunto. As tentativas de organização devem ser tratadas com muito cuidado e paciência, pelo fato de que os beneficiados formam grupos bastante heterogêneos, dadas as suas diferentes procedências.

Quanto àqueles que têm maior identificação com o meio urbano, como se pode aferir, a organização torna-se mais complicada, posto que nas cidades não é comum a existência de grupos cooperativos (a não ser em circunstâncias urgentes, como a construção de uma lombada ou passarela em local onde uma criança morreu atropelada, por exemplo).

Nesses casos, percebe-se a presença do chamado **ethos camponês**, em grande parte dos “ex-sem-terra”, a maioria deles oriundos da agricultura familiar e apresentando, como principal desejo, a retornada desse modo de vida quando da conquista da terra.

Já na situação em que os beneficiados têm uma procedência rural, existe o que Kleba (1994) classifica como **autonomia camponesa**, característica essencial para a existência da unidade familiar nos moldes camponeses, baseada na propriedade privada da terra e na concentração do poder decisório no âmbito da família. Essa característica dificulta a aceitação e adaptação a formas mais coletivizadas de produção. A subordinação às normas e aos interesses do grupo pode resultar numa sensação de perda de autonomia do núcleo familiar.

A importância de “ser livre” foi bastante ressaltada nas entrevistas. Para muitos, a principal vantagem de “ser agricultor” é justamente a liberdade, a possibilidade de decidir seu rumo, “se governar”.

Outro fator, apontado por Navarro *et al.* (1999), como sendo de grande relevância na constituição dos grupos, é a origem geográfica. A importância desse aspecto está principalmente em sua atuação como condicionante da formação cultural dos sujeitos, afetando suas visões de mundo e formas de interação com o meio e com os demais indivíduos. Bergamasco e Carmo (1991) chamam a atenção para o fato de que a reunião de agricultores de diferentes regiões e detentores de hábitos culturais diversos, num único grupo, embora tenha o aspecto positivo da pluralidade de saberes, pode resultar em problemas de convivência e no conseqüente fracasso da iniciativa.

Uma terceira forma de interferência dos processos de cooperação sobre as práticas produtivas é a questão pragmática das vantagens ou possibilidades agronômicas e/ou ambientais resultantes da organização. A cooperação (seja o coletivismo, associativismo ou outras formas) permite, por exemplo, a aquisição de máquinas e implementos que facilitam ou viabilizam determinadas atividades.

O próprio relatório FAO/PNUD (1992) reconhece a importância da variável “associativismo” na determinação do grupo de assentados com rendas mais elevadas. Da mesma forma, outro estudo mais recente (GUANZIROLI *et al.*, 1998) aponta para um melhor desempenho socioeconômico dos assentamentos em que a produção está organizada, em algum grau, de forma coletiva.

Alguns autores, como Kleba (1994) e Beze Jr. (1994), destacam as vantagens do planejamento da área como um todo, sem a divisão em glebas individualizadas, comum nos grupos coletivos. Isso permite a otimização da eficiência econômica e a conservação dos recursos naturais, em função da possibilidade de se utilizar apenas as áreas com melhores características físicas (já que a área total disponível é maior), observando e respeitando os cursos d’água, as curvas de nível e as encostas íngremes. Além disso, facilita-se também a existência da produção integrada em vários níveis, como, por exemplo: milho-suínos, adubação verde, cultivos de verão-inverno, rotação de culturas e de áreas, etc.

De acordo com alguns assentados, a organização na forma de grupos coletivos não é apenas importante, mas essencial para a realização de certas atividades. A adoção de novas práticas ou culturas estranhas ao seu “saber fazer”, por exemplo, demanda um conhecimento que pode ser mais facilmente obtido por meio da realização de cursos e estágios. Contudo, na forma de produção individualizada, a saída do agricultor de sua propriedade por períodos prolongados torna-se mais problemática.

A apresentação dessas limitações não quer dizer que se abandone qualquer iniciativa de organização dos assentados nas vilas rurais. Pelo contrário, faz-se cada vez mais interessante apontar as potencialidades da atuação em conjunto, dadas as condições precárias que cada família vivencia.

Guanziroli *et al.* (2000), por exemplo, citam uma pesquisa realizada em vinte assentamentos localizados em diversas regiões do país, onde concluiu que os assentamentos que possuíam organização, geralmente ligados ao MST, eram privilegiados na destinação de políticas públicas, quando comparados aos demais

assentamentos. Isso graças a sua forte ação política reivindicatória, grande capacidade de interlocução, pressão e negociação política com os diferentes espaços públicos.

5.4 Aspirações dos Moradores

Essa pesquisa seria de pouca valia se não se propusesse a ouvir a opinião dos vileiros a respeito de seu quadro atual e de suas expectativas com relação à Vila Rural Santa Clara.

Quando indagados sobre o que mais os satisfazia na Vila, 80% deles responderam que era o fato de serem proprietários, de poderem trabalhar a própria terra, e de não precisarem pagar aluguéis exorbitantes pelas moradias.

Como já discutido anteriormente, a terra assume um caráter não apenas material/utilitário, mas também simbólico. No caso dos vileiros, embora muitos dos laços que ligam o agricultor à sua terra não se façam presentes, outros vínculos e percepções tornam-na especial. Em função disso, a terra (e a manutenção de sua posse/propriedade) constitui-se em objeto central nos projetos de futuro que ambas as categorias traçam para si e para sua família.

Wanderley (1995), em estudo realizado em três estados brasileiros (Cariri/PB, Leme/SP e Ijuí/RS), constatou que, quando solicitados a indicar como usariam eventuais economias, a maioria dos agricultores apontou aquelas alternativas mais relacionadas aos projetos familiares: ajuda à instalação dos filhos, compra de terras, pagamento de dívidas e melhorias na casa. Diante da necessidade de escolher apenas uma alternativa, as opiniões se aglutinaram basicamente em torno da ajuda aos filhos e à compra de terras.

Dessa forma, percebe-se um cruzamento e um entrelaçamento entre estas duas questões: a manutenção da propriedade e o futuro dos filhos. Em muitos casos, os vileiros gostariam que a realização desses dois projetos se fizesse de maneira simultânea. Na Vila Rural Santa Clara, pôde-se também constatar a ocorrência de tal situação.

Quando questionados sobre o que deveriam deixar para seus filhos, as respostas se dividiram basicamente em três grupos.

Há os que acreditam que a maior herança que pode ser deixada para os filhos é

o estudo. Para esse grupo, o mais importante é o bem-estar dos filhos, independente do caminho que eles seguirem. A atual situação da agricultura faz com que outras alternativas sejam buscadas e aceitas. Assim, a educação (escolaridade) entra como uma importante ferramenta de ascensão social, especialmente quando a saída vislumbrada depende da migração para a cidade.

Stanek (1998) classifica essa estratégia como de **promoção social**: o objetivo é dar aos filhos uma formação superior, para que consigam uma profissão com *status* social mais elevado.

Eu acho que a educação hoje é o primeiro, é a coisa mais necessária que existe, isso é o futuro dos filhos. [...] A agricultura, hoje, ela é uma forma de sobreviver, mas eu acho que existem mais alternativas. Então, a gente gostaria que os filhos tivessem um futuro melhor, diferente. [...] Os filhos devem fazer o que eles acham melhor. Agora, se eles achar importante continuar na agricultura, eu acho que é uma alternativa deles. Agora, se eles achar que outro rumo é melhor, a gente vai dar todo o apoio prá que eles consigam. (VERÍSSIMO, 2004)

Num segundo grupo de respostas, encontram-se aqueles que expressam claramente seu desejo de que algum dos herdeiros permaneça e dê continuidade ao trabalho no lote. É o que Stanek (1998) chama de estratégia **patrimonial**. Contudo, mesmo nesses casos, ressalta-se sempre que a decisão final cabe aos próprios filhos, pois cada um tem um “dom” que precisa ser respeitado.

Eu por enquanto tenho uma menina. Não sei qual vai ser o futuro dela, mas eu, o que puder passar de conhecimento, vai ser nesse sentido. Ela que vai ver o que ela vai ser na vida. Mas eu gostaria que ela continuasse tocando meu lote, continuasse tocando onde eu parei. (AMADO, 2004)

Há ainda um terceiro grupo que, embora valorize a educação dos filhos, enxerga nela uma possibilidade de garantir a manutenção e perpetuação da unidade familiar, ao mesmo tempo em que realiza o desejo de ascensão de sua prole. Essa estratégia seria um misto entre a **patrimonial** e a de **promoção social**, localizando-se mais próxima da primeira pelo fato da propriedade constituir-se no objetivo central da formação dada aos filhos.

Eu vejo que hoje o agricultor não adianta só virar a terra. Ele tem que saber de tudo. No caso, colocar um estudo aí pro filho no nível de técnico. Porque, hoje se for depender de um técnico contratado, ele vai ter certo tempo e certo tempo ele já não vai ter. Então, tendo um técnico dentro de casa, o filho sendo técnico, então isso é uma vantagem, porque ele não vai

depende de coisas recebidas dos outros¹⁷. (CORALINA, 2004)

O reconhecimento da terra como um bem hereditário (mesmo no primeiro grupo não se descarta essa possibilidade), pressupõe a necessidade de manutenção de suas características naturais, de forma que possa prover o sustento das próximas gerações. Mais do que isso, a preocupação com o entorno do lote e a qualidade de vida desfrutada atualmente, bem como o desejo de que tais condições se perpetuem e estejam ao alcance dos filhos, estimulam alguns comportamentos e práticas menos danosas ao meio (sejam agrícolas ou não).

Então aqui no assentamento às vezes a gente briga muito com as pessoas não desmatá, não fazer queimada, porque a gente quer continuar sempre com isso daqui. Não só pra nós, mas eu fico pensando assim, eu quero que o meu filho sinta isso, eu quero que os filhos do meu filho sintam essa sensação que a gente tá sentindo hoje, esse gosto de conviver com a natureza, eu quero que isso não acabe. Então por isso a gente luta pra que isso permaneça. (TELLES, 2004)

Em função disso, acreditam os assentados, não é apenas a terra que deve ser repassada aos filhos, mas o próprio sentimento de amor e carinho e o respeito no seu manejo. É tarefa do agricultor agir de modo adequado em sua relação com o meio e transmitir esse comportamento aos seus descendentes.

Eu acho que tem que ensinar sim os filhos desde pequeno a cuidar da terra. Mas não cuidar no sentido trabalhar, só trabalhar em cima da terra ali, produzir. A questão é ensinar pro filhos cuidá numa vertente d'água, cuidá do lixo, a questão de lixo tóxico. E ensinar a cuidá da terra mesmo, cuidá meio no geral. Cuidá de criação, passarinho. Porque senão, os filhos dos nossos filhos, de repente não vão conhecê um pinheiro, conhecê um sabiá, um passarinho. A questão da natureza hoje, tá sendo muito depredada. Acho que tem que ensinar esse tipo de cultura pro filho. Preservá a natureza. (ASSIS, 2004)

Outra questão de extrema relevância, que talvez resuma a importância dessa política pública, é que 100% dos beneficiados consideraram que suas vidas melhoraram após o assentamento na Vila Rural Santa Clara.

Observou-se também que a Vila Rural Santa Clara pode ainda melhorar. Sem a intenção de utilizar esse espaço para dar receitas prontas para que a Vila Rural alcance sucesso, até porque a pouca convivência com a comunidade dificulta essa

¹⁷ Esse retorno dos filhos “formados” à propriedade dos pais, contudo, é uma hipótese cada vez menos plausível. A situação difícil enfrentada pela agricultura familiar, estimula a busca de outras oportunidades por parte desses jovens. Como observado por Haygert (2000) em seu trabalho, os projetos individuais se sobrepõem ao “coletivismo familiar”.

pretensão, sugere-se que um dos possíveis caminhos, inclusive apontado pelos próprios moradores da Vila, seria que as famílias tivessem alguma vivência comunitária, como futebol, celebrações religiosas, dias de campo, entre outros. Nesse aspecto, a atuação dos técnicos envolvidos com o programa seria primorosa, no sentido de promover tais atividades comunitárias.

Acredita-se que essa vivência comunitária, por motivos antes elucidados, facilitaria a implementação de outras iniciativas, cujo intuito fosse melhorar as condições de vida dos vileiros.

Uma dessas conquistas ocorreu no mês de maio de 2004, com a implantação do sistema de irrigação em todas as propriedades da Vila Rural. O Estado do Paraná, através da SEAB, contribuiu com R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para a execução da obra. A Prefeitura de Marechal Cândido Rondon custeou todo o valetamento necessário. E o “vileiro” participou com a construção do sistema dentro de sua propriedade.

Essa conquista possibilitou, inclusive, a contratação de toda produção excedente oriunda do plantio da própria Vila, por uma empresa do ramo.

6 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A política pública das vilas rurais foi apresentada pelo governo como um modelo de reforma agrária, que resolveria o problema sócio-econômico de famílias que lutavam por melhores condições de vida. No entanto, essa proposta de “Reforma Agrária”, na verdade, surge como uma forma paliativa e substitutiva da clássica política de distribuição de renda e terra, pois esta última diverge dos interesses das classes detentoras dos meios de produção. Formar, então, núcleos habitacionais, de reserva de mão-de-obra e que despendam de pouca quantidade de terra, não pode ser considerada reforma agrária.

Afora esse impasse, as vilas rurais podem ser alternativas interessantes, posto que provêm de iniciativa estadual e que procuram amenizar os problemas de moradias nas cidades. Segundo a COHAPAR, atualmente são mais de 418 Vilas Rurais construídas no Estado do Paraná, beneficiando mais de 16.281 famílias. Um número muito expressivo pelo baixo custo público. De acordo com estimativas feitas pelas Prefeituras, em 1994 o Estado do Paraná tinha 70 mil famílias de “bóias-frias”. Deste total, o programa pretendia atender de 30 a 35% com o Projeto Vilas Rurais.

O Projeto de abrangência estadual, tem a amplitude de frentes de serviços, que pretende responder às necessidades das famílias, em seus mais variados aspectos. É de baixo custo, consumindo, na verdade, apenas 0,5% da receita orçamentária do Estado, razão porque, além do significado social, o torna altamente viável.

São poucos os programas destinados ao enfrentamento da pobreza no Brasil, que contemplam os trabalhadores rurais, o que confere maior relevância ao Programa “Vilas Rurais”, destinado a este público, afirma Iraci Ozéas dos Reis (1998, p. 9). no texto *Projeto Vilas Rurais Curitiba (PR)*. Afirma ainda que é um projeto modelar, pois consegue ter efetividade, um aspecto de maior importância em programas de combate à pobreza. Perante um maior grau de equidade, ou seja, diminui a desigualdade social, fornecendo financiamentos básicos para que os beneficiados deixem de suas condições de excluídos sociais.

Dentre os aspectos inovadores do projeto imposto, importa destacar:

1. A forma como o Estado direciona suas ações, buscando alternativas para a resolução das questões sociais, hoje fortemente agravadas pelo alto índice de desemprego;
2. A forma de administrar, descentralizando o Estado e buscando a participação das Prefeituras Municipais;
3. A parceria Estado-Município demonstra ganho qualitativo das Vilas Rurais, que se torna o fator de sucesso do projeto.

O Estado do Paraná tem boa parte de seus recursos oriundos da agricultura. Com os avanços tecnológicos, as grandes fazendas acabam por dispensar seus trabalhadores, excluindo-os do processo produtivo e jogando-os nas periferias das grandes cidades.

O Projeto Vilas Rurais reintegra o “retirante” ao seu meio conhecido, e através de apropriação de novas tecnologias o motiva à produção, e logicamente à estabilidade social. Esta análise centra-se na compreensão do fenômeno do avanço tecnológico e social que é apropriado pelo projeto.

As Vilas Rurais não podem ser concebidas independente do investimento tecnológico para saber conviver e sobreviver em pequenas áreas. O aprendizado será fundamental para o vileiro e sua família, e será sua armadura em qualquer batalha. Cursos de qualificação profissional são vitais para o sucesso do projeto. Não basta ter terra, casa, etc. Necessário é saber ter o máximo aproveitamento dessa pequena área. A geração do excedente motivará o “Vileiro” e dinamizará a sua feira diária.

Algumas considerações devem, entretanto, ser apreciadas, como, por exemplo, maior participação dos vileiros nas decisões pertinentes à Vila.

Este ponto realça um aspecto histórico fundamental sobre as políticas públicas no Brasil e que está diretamente relacionado às formas de gestão dessas políticas. Em sua maioria, elas tiveram uma estrutura de gestão extremamente centralizada, com uma dispersão e multiplicidade de ações institucionais e sem qualquer participação da sociedade civil. Deriva daí a tradição das políticas clientelistas e paternalistas, sobretudo nas esferas sociais, e a supressão do espaço público enquanto local onde os diferentes atores envolvidos poderiam debater e consensuar suas propostas.

Faz-se necessário que o Estado seja visto, no processo de definição e implementação das políticas públicas, como mais um ator envolvido e não como o definidor e centralizador de todas ações para atender objetivos específicos, em detrimento das aspirações da maioria dos interessados, nesse caso, os **vileiros**.

Também é preciso avaliar em que medida o processo de reestruturação dos órgãos e empresas públicas em curso está seguindo os caminhos que conduzirão à conformação de um modelo de sustentabilidade das vilas. Em outras palavras, até que ponto há uma efetividade prática das propostas que almejam redirecionar o caráter e os objetivos do serviço público que é prestado pelo conjunto de órgãos e empresas ligadas ao sistema estadual de agricultura e desenvolvimento rural.

Por outro lado, a construção de um espaço público coloca uma série de novos desafios para os diferentes atores envolvidos. Qualquer tomada de decisão baseia-se, entre outras coisas, numa meta a ser atingida. Quando essa meta abrange várias dimensões da vida de um sujeito social e constitui-se numa possibilidade de concretização de seus desejos e sonhos, pode-se chamá-la de **projeto de futuro** ou **projeto de vida**.

Assim, a democratização desse espaço e a participação de todos os atores sociais são fundamentais para a eficácia de uma política pública. Neste caso, é salutar que os beneficiários sejam os agentes dessa nova proposta. Não deve ser confundido, porém, como uma simples transferência de responsabilidades, que antes eram do Estado, para as representações da sociedade civil. O caminho mais seguro é o da construção de uma consciência cidadã solidária, onde cada ator fará sua proposta e se responsabilizará por determinadas funções. Esse Projeto pretende alterar a lógica perversa do capitalismo que expulsa o homem do campo ao seu meio, contribuindo efetivamente para a construção da cidadania dos atores envolvidos.

6.1 Sobre a Questão de Pesquisa

Destaca-se, por fim, a importância da pesquisa, por ela haver possibilitado conhecer mais objetivamente a cultura, o modo de ser e de agir dos integrantes de uma Vila Rural. Importante por revelar a disposição de todos os **vileiros** em compartilhar ações com o poder público, para fomentar e facilitar o desenvolvimento

de seus integrantes. Ressalta-se, no entanto, o baixo nível educacional, a baixa renda e mesmo a falta de espírito associativista, fatos estes que deverão servir como referência em projetos nesta comunidade.

6.2 Sobre o Objetivo Geral

O objetivo geral, expresso nessa Dissertação, possibilitou conhecer uma ação explícita do poder público, na tentativa de solucionar o grave problema do homem do campo, que abandona o seu mundo conhecido por esperanças junto às periferias de cidades, onde será provavelmente mais um excluído social. Possibilitou também compreender o esforço de alguns governantes em encontrar uma solução para os retirantes do campo, sem induzi-los a aventuras em terras distantes, ou deixá-los engrossando movimentos do MST. Conhecer também o êxito da iniciativa, pela expressiva clientela que manifesta o desejo de participar de futuros projetos similares e pela disposição dos atuais beneficiados por melhorias em seu nível de vida.

6.3 Sobre os Objetivos Específicos

O vileiro, em todos os seus atos e iniciativas, jamais abdicou do seu aprendizado cultural, levando-o conseqüentemente a ações individuais e a manutenção do tradicional sistema de produção. Essa característica não renega ações conjuntas, associativistas e nem novos modos de produção, querendo apenas ser convencido da certeza do novo.

A Vila Rural Santa Clara possui todas as suas residências ocupadas e seus módulos trabalhados. A solicitação conjunta de benefícios, como, áreas de lazer, instalação do sistema de irrigação, conquistado recentemente, denota o novo espírito dos vileiros, assimilando inovações e compreendendo a força do coletivo ou do grupo em relação ao individual. Essas limitações e, principalmente, suas aspirações devem nortear todas as iniciativas que venham a ser implantadas na Vila Rural.

6.4 Sobre as Principais Dificuldades Encontradas no Processo de Pesquisa

Ressalta-se que a principal dificuldade encontrada foi a da construção do arcabouço teórico e metodológico. Com relação à pesquisa de campo, constatou-se certa incredulidade dos vileiros quanto à continuidade de ações públicas, tanto do poder municipal quanto do poder estadual.

Destaca-se ainda a disponibilidade dos vileiros em fornecer todas as informações solicitadas, na esperança de que novos projetos e melhorias em relação aos já existentes venham a ser implantados, principalmente no tocante à formação de pessoal e à qualificação profissional dos vileiros.

6.5 Recomendações para Trabalhos Futuros

A construção dessa Dissertação possibilitou conhecer mais de perto os anseios dos vileiros da comunidade de Santa Clara. A experiência permite diagnosticar que esse ambiente se tornará um laboratório vivo, no qual instituições públicas municipais, estaduais e, principalmente, a universidade pública, deveriam desenvolver ações que pudessem contribuir com a melhoria da qualidade de vida do homem do campo.

Conhecer a história de vida dos vileiros, suas aspirações e as perspectivas de melhores êxitos com ações associativistas, a nível econômico e político-social, possibilitará a conquista da confiança no projeto e nas propostas apresentadas e em desenvolvimento. O “Vileiro” assumirá postura nova quando entender o verdadeiro espírito do Projeto. Esta é a mais difícil tarefa, mas que poderá ser muito facilitada por ações das universidades e tratamento diferenciado possibilitado pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

Entrevistas com Vileiros¹⁸

AMADO, Jorge. **Entrevista concedida a Dilmo Antônio Bedin.** Marechal Cândido Rondon, 25 mar.2004.

ASSIS, Machado de. **Entrevista concedida a Dilmo Antônio Bedin.** Marechal Cândido Rondon, 25 mar.2004.

CORALINA, Cora. **Entrevista concedida a Dilmo Antônio Bedin.** Marechal Cândido Rondon, 25 mar.2004.

TELLES, Lygia Fagundes. **Entrevista concedida a Dilmo Antônio Bedin.** Marechal Cândido Rondon, 25 mar.2004.

VERÍSSIMO, Érico. **Entrevista concedida a Dilmo Antônio Bedin.** Marechal Cândido Rondon, 25 mar.2004.

Obras Consultadas

ABRAMOVAY, R. Comercialização e Clientelismo. In: ROMEIRO, Ademar (org.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda: o Relatório da FAO em Debate.** Rio de Janeiro: Vozes : Ibase : FAO, 1994.

ANDRADE, M. C. de. **Abolição e reforma agrária.** São Paulo: Ática, 1987.

BAPTISTA, F. O. Agricultura e capitalismo na Europa do Sul. In: SHIGEO, S.; SILVA, J.G. da; ORTEGA, A. C. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro.** Uberlândia: UFU : UNICAMP : EMBRAPA, 1997.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; CARMO, M.S. Reforma agrária dá certo?: O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 60-68, jan./abr. 1991.

BEZE JR., Z. Assentamentos rurais e aproveitamento do espaço agrário. In: ROMEIRO, Ademar (orgs). **Reforma agrária: produção, emprego e renda: Relatório da FAO em Debate.** Rio de Janeiro: Vozes : Ibase : FAO, 1994.

¹⁸ Nomes fictícios

BIRD. Novo Mundo Rural. **Plano de Desenvolvimento Rural para a América Latina e Caribe**, 2001.

CALDART, R.S. **Pedagogia do movimento sem terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO FILHO, J.J. de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRG, 2001.

CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. 2.ed. São Paulo: Concrab, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5).

CUNHA JÚNIOR, D. da. **Terras devolutas nas constituições republicanas**. Disponível em: <<http://www.jfse.gov.br>>. Acesso em: 23 ab. 2003.

EBOLI, E. Inkra de Lula diz que Inkra de FH falhou no campo. **O Globo**, São Paulo, 24 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2003.

FAO. PNUD. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: FAO : PNUD, 1992. v. 1 - Relatório Final - Versão Preliminar.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O sul**: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GUANZIROLI, C. E. Reforma agrária e liberalização da economia. **Reforma agrária**, Campinas, v. 21, n. 1, p.23-38, jan./abr. 1991.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM.; S. E. **Novo retrato da agricultura familiar**. o Brasil redescoberto. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

GUEDES PINTO, L.C. Política agrária em Brasil: reflexiones sobre una experiencia inoperante. In: REYDON, Bastiaan Philip; RAMOS, Pedro (org.). **Mercado y Políticas de Tierras**. Campinas: Unicamp : IE, 1996.

HAYGERT, M.L.L. **De pai para filho**: tecendo um novo território familiar - uma etnografia sobre as relações geracionais na agricultura familiar do Município de Quilombo/SC. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IBGE. **Censo Agropecuário**: 1995/1996. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2001.

KAGEYAMA, A. Pluratividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais**. Brasília: SOBER, 1998. p. 555-566.

KLEBA, J.B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 132-139, set./dez. 1994.

LINS, M.C. A democratização da política fundiária. In: UNIVERSIDADE ABERTA – Nordeste. **Reforma agrária e desenvolvimento**, Fasc. 1, [1994?]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2002.

LISBOA, T.K. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análises e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

MEDEIROS, L.S. Os movimentos pré-64 e o Estatuto da Terra. In: UNIVERSIDADE ABERTA - Nordeste. **Propostas de Reforma Agrária**, Fasc. 4, [1994?]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2002.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

MST. **Programa de Reforma Agrária**. 2.ed. São Paulo: MST, 1996. (Caderno de Formação nº 23).

MUSSOI, E.M. **Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar**. Brasília: Embrater, 1985. (Leituras selecionadas, n.22).

NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. de S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade : Ufrgs; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

OLIVEIRA, A. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P (coord.). **A questão agrária hoje**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade : UFRGS, 1994.

ORTÍ, Alfonso. La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo. In: GARCÍA FERRANDO, Manuel; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (comps.). **El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 189-221.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REIS, Iraci Ozéas dos. Projeto Vilas Rurais Curitiba (PR). In: FUJIWARA, Luis Mario; ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel; FARAHA, Marta Ferreira Santos (orgs.). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

SANTO, E.N.E. **As transformações da agricultura nos municípios de Santa Catarina no período de 1920-1985**. 1998. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

SANTOS GOMES, F dos. Quando a terra é de preto: cativo, pós-emancipação e a formação de um campesinato no Rio de Janeiro: notas, pesquisas e narrativas para um debate. In: CHEVITARESE, A.L. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 269-301.

SCHNEIDER, S. Pluriatividade e periurbanização: as novas estratégias de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. In: _____. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SILVA, E.L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Graziano da J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, Graziano da J. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, Graziano da J. **O que é questão agrária**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Graziano da J.; HOFFMANN, R. **A Estrutura Agrária Brasileira**. 1975. Mimeo.

STANEK, O. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. (Tomo II)

STEDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

WANDERLEY, M.de N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo**. 2001.

WANDERLEY, M.N.B. Pequena produção: uma perspectiva comparativa. In: VILLAS BÔAS, G.; GONÇALVES, M.A. (org.). **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ANEXOS

Anexo A: Formulário para Diagnóstico da Vila Rural Santa Clara

FORMULÁRIO PARA DIAGNÓSTICO DA VILA RURAL SANTA CLARA

I – Dados pessoais / endereço

1 – Nome:

2 – Natural do:

2.1 () Município 2.2 () Paraná 2.3 () outro

3 – Endereço anterior à V. R.:

3.1 () Município 3.2 () Paraná 3.3 () outro

II – Dados da família:

1 – Nome	2 – I D A D E	3 – Sexo 3.1 M 3.2 F	4 – Escolaridade 4.1 Ensino básico completo 4.2 Ensino básico incompleto 4.3 Ensino médio completo 4.4 Ensino médio incompleto 4.5 Ensino Superior completo 4.6 Ensino Superior incompleto	5 – Profissão 5.1 Agricultor 5.2 Pedreiro 5.3 Carpinteiro 5.4 Marceneiro 5.5 Eletricista 5.6 Do lar 5.7 Outras
A				
B				
C				
D				
E				
F				
G				
H				
I				
6 – Tem carteira de trabalho? 6.1 ()sim 6.2 () não			7 – Profissão registrada (idem item 5) ()	
8 – Renda mensal do homem na família: 8.1 () menos de 1 salário mínimo 8.2 () entre 1 e 2 salários mínimos 8.3 () entre 2 e 3 salários mínimos 8.4 () entre 3 e 4 salários mínimos			9 – Renda mensal da mulher na família: 9.1 () menos de 1 salário mínimo 9.2 () entre 1 e 2 salários mínimos 9.3 () entre 2 e 3 salários mínimos 9.4 () entre 3 e 4 salários mínimos	
10 – Renda mensal total da família: 10.1 () menos de 1 salário mínimo 10.5 () entre 4 e 5 salários mínimos 10.2 () entre 1 e 2 salários mínimos 10.6 () entre 5 e 6 salários mínimos 10.3 () entre 2 e 3 salários mínimos 10.7 () entre 6 e 7 salários mínimos 10.4 () entre 3 e 4 salários mínimos 10.8 () mais que 7 salários mínimos				

11 – Horário de trabalho do homem: das _____ às _____ horas AM das _____ às _____ horas PM		12 – Total de h / dia homem: 12.3 () 8 h/dia 12.1 () menos de 5 h /dia 12.4 () entre 8 e 10 h/dia 12.2 () entre 5 e 8 h /dia 12.5 () entre 10 e 12 h/dia	
13 – Horário de trabalho da mulher: das _____ às _____ horas AM das _____ às _____ horas PM		14 - Total de h / dia mulher: 14.3 () 8 h/dia 14.1 () menos de 5 h /dia 14.4 () entre 8 e 10 h/dia 14.2 () entre 5 e 8 h /dia 14.5 () entre 10 e 12 h/dia	
15 – Local de trabalho 15.1 () área rural 15.2 () área urbana 15.3 () ambos	16 – O seu emprego é: 16.1 () fixo 16.2 () temporário 16.3 () autônomo 16.4 () desempregado	17 – Utiliza transporte próprio para trabalhar? 17.1 ()sim 17.1.2 () não 17.2 Se responder não, qual: 17.2.1 () transp. público 17.2.3 () privado 17.2.2 () empresa que trabalha () outros	

III – Produtos produzidos na propriedade

1 – Da produção				
1.1 Arroz	1.9 Carne suína	1.17 Frango	1.25 Pimenta	
1.2 Abobrinha	1.10 Cebola	1.18 Conservas	1.26 Pimentão	
1.3 Açúcar	1.11 Cenoura	1.19 Cana de açúcar	1.27 Pipoca	
1.4 Acelga	1.12 Couve	1.20 Mandioca	1.28 Queijo	
1.5 Alho	1.13 Doce em pasta	1.21 Morango	1.29 Quiabo	
1.6 Banha	1.14 Coelho	1.22 Milho / quirela	1.30 Repolho	
1.7 Batata	1.15 Codorna	1.23 Amendoim	1.31 Tomate	
1.8 Lingüiça / salame	1.16 Feijão	1.24 Ovos	1.32 Vassouras	
2 – Existe sobra do produto para a comercialização? 2.1 () sim 2.2 () não				
3 – Quais os produtos que são comercializados? (usar códigos referentes à questão III). ()				
4 – Existe algum produto que o senhor (a) deseja produzir na propriedade: 4.1 () sim 4.2 () não				
5 – Qual é o produto? (usar códigos referentes à questão III). ()				
6 – Qual é o motivo que impede a produção? 6.1 () água 6.2 () adubo 6.3 () sementes 6.4 () informações técnicas 6.5 () área (terreno) 6.6 () mão de obra 6.7 () outros				
7 – O senhor (a) já fez algum curso técnico profissionalizante? 7.1 () sim 7.2 () não Se fez, informar qual foi e quando:				
8 – O senhor recebe assistência técnica? 8.1 () SIM 8.2 () NÃO		9 – Quem presta esta assistência? 9.1 () EMATER 9.2 () Cooper. 9.3 () Prefeitura 9.4 () autônomos 9.5 () Outros		
10 – Qual a qualidade da assistência técnica na agricultura desenvolvida no lote? 10.1 () ótima 10.2 () boa 10.3 () regular 10.4 () má 10.5 () péssima 10.6 () não usa				

IV – Objetivos, conquistas e satisfações:

1 – Você realmente queria morar em uma Vila Rural.? 1.1 () sim 1.2 () não	
2 – Quais são os problemas mais comuns na Vila Rural? 2.1 () transporte 2.2 () educação 2.3 () saúde 2.4 () assistência odontológica 2.5 () outros	
3 – O senhor (a) tem problemas com o pagamento das prestações? 3.1 () sim 3.2 () não 3.3 () não estou pagando ainda.	
4 – O que o senhor (a) acha da qualidade do transporte para a cidade? 4.1 () ótima 4.2 () boa 4.3 () regular 4.4 () má 4.5 () péssima 4.6 () não utiliza	
5 – A família tem assistência médica: 5.1 () sempre 5.2 () às vezes 5.3 () raramente 5.4 () nunca	
6 – Como é a assistência médica na Vila Rural? 6.1 () ótima 6.2 () boa 6.3 () regular 6.4 () má 6.5 () péssima 6.6 () não utiliza	
7 – Quando ocorre algum problema de saúde, a quem o senhor (a) recorre primeiro? 7.1 () pronto socorro 7.2 () hospital 7.3 () clínica particular 7.4 () farmácia 7.5 posto de saúde	
8 – A prefeitura deste município presta serviços a esta Vila Rural? 8.1 () sempre 8.2 () às vezes 8.3 () raramente 8.4 () nunca	
9 – O que o senhor (a) acha quanto à assistência da prefeitura? 9.1 () ótima 9.2 () boa 9.3 () regular 9.4 () má 9.5 () péssima	
10 – A Vila Rural tem assistência do Governo Estadual? 10.1 () sempre 10.2 () às vezes 10.3 () raramente 10.4 () nunca	
11 – O que o senhor (a) acha da assistência do Governo Estadual? 11.1 () ótima 11.2 () boa 11.3 () regular 11.4 () má 11.5 () péssima	
12 – O senhor (a) participa de alguma associação? 12 () sim () não	13 – O senhor (a) deseja participar de alguma? 13.1 () sim 13.2 () não 13.3 () não sei
14 – Há alguma associação comunitária na Vila Rural ? 14.1 () sim 14.2 () não 14.3 () não sei	15 – Esta família participa de alguma associação? 15.1 () sim 15.2 () não 15.3 () não sei
16 – O senhor (a) acha válido o associativismo? 16.1 () sim 16.2 () não 16.3 () não sei	
17 – Qual o seu parecer sobre a formação de uma associação comunitária? 17.1 () favorável 17.2 () contrário 17.3 () não sei	

Entrevistador

Data ____/____/____.

Anexo B: Histórico de Vida

A - Tema condutor: **Histórico de vida**

- 1 – Onde nasceu?
- 2 – Em quais municípios/regiões já morou? Por quanto tempo?
- 3 – Onde morava antes de vir para a Vila Rural?
- 4 – Há quanto tempo está no assentamento?
5. – No que trabalhava antes de vir para o assentamento?
6. – Já morou/trabalhou na cidade?

B – Tema condutor: **Organização**

- 1- Participa de algum grupo interno no assentamento? Qual?
- 2- Em que consiste esse grupo? Como está organizado? Como funciona?
- 3- Como são tomadas as decisões?
- 4- Existe alguma orientação dentro do grupo sobre como organizar a produção, a comercialização, a forma de produzir?

C – Tema condutor: **Manejo agrícola**

- 1 – O que plantava antes de vir para o assentamento?
- 2 – Como escolhia as culturas?
- 3 – Como manejava/conduzia as culturas? Por que as escolhia?
- 4 – O que é plantado atualmente? O que já plantou?
- 5 – Por que escolheu estas culturas?
- 6 – Como são conduzidas/manejadas?
- 7 – Como eram as terras do assentamento quando chegaram aqui?
- 8 – Quais as maiores dificuldades que está encontrando?
9. – Para quem vende os produtos? Como vende? Acha justo?
- 10 – De que forma poderia melhorar os preços de venda de seus produtos?

D – Tema condutor: **Assistência técnica**

- 1- Recebeu assistência técnica para implantar sua lavoura? Foi adequada?
- 2- Tinha experiência anterior com essas culturas?
- 3- A quem recorre quando precisa de informações sobre alguma prática/cultura específica?
- 4- A assistência técnica o estimulou a adotar práticas alternativas?
- 5- O que poderia melhorar na assistência técnica recebida?

E – Tema condutor: **Perspectivas / Projetos de vida**

- 1- Por que decidiu ser agricultor?
- 2- Gosta de ser agricultor? Que profissão seguiria se não fosse agricultor? Por quê?
- 3- O que tem a dizer sobre a vida no campo hoje?
- 4- Houve melhoras nas condições de vida após o assentamento na Vila Rural? O que melhorou?
- 5- Quais são seus projetos para o futuro?
- 6- E o de seus filhos? O que gostaria que eles fossem/fizessem? O que eles querem?

Anexo C: Produtos que são Produzidos pelos Moradores da Vila Rural Santa Clara

Produtos que são produzidos pelos moradores da Vila Rural Santa Clara

Produtos	Propriedades produtoras (%)	Propriedades produtoras (número exato)
Abobrinha	64	36
Acelga	09	05
Açúcar	02	01
Alho	61	34
Amendoim	41	23
Arroz	05	03
Banha	34	19
Batata	59	33
Cana de açúcar	32	18
Carne de porco	32	18
Cebola	34	19
Cenoura	52	29
Codorna	02	01
Coelho	09	05
Conservas	21	12
Couve	43	24
Doce em pasta	34	19
Feijão	43	24
Frango	45	25
Lingüiça	14	08
Mandioca	86	48
Milho	79	44
Morango	46	26
Ovos	34	19
Pimenta	07	04
Pimentão	23	13
Pipoca	38	21
Queijo	05	03
Quiabo	34	19
Repolho	46	26
Tomate	30	17
Vassoura	29	16

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Anexo D: Produtos que os Moradores têm Interesse em Produzir nos Lotes da Vila Rural Santa Clara

Produtos que os moradores têm interesse em produzir nos lotes da Vila Rural Santa Clara.

Produtos	(%)	número exato
Hortas	15,5	11
Alho	1,5	01
Amendoim	4,2	03
Banana	1,5	01
Banha	1,5	01
Batata	1,5	01
Beterraba	1,5	01
Bicho da seda	1,5	01
Cana de açúcar	1,5	01
Carne de porco	07	05
Cebola	1,5	01
Cenoura	1,5	01
Codorna	1,5	01
Coelho	2,8	02
Couve	2,8	02
Cuca/pães	1,5	01
Feijão	1,5	01
Frango	12,7	09
Frutíferas	5,6	04
Leite	1,5	01
Mandioca	07	05
Maracujá	1,5	01
Milho	1,5	01
Morango	5,6	04
Ovos	1,5	01
Pepino	5,6	04
Pimenta	1,5	01
Queijo	1,5	01
Quiabo	1,5	01
Repolho	1,5	01
Tomate	2,8	02

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Anexo E: Programa Vila Rural no Município de Marechal Cândido Rondon

PROGRAMA VILA RURAL NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Relação documental:

- - Decreto nº 013/98 de 12/05/1998, institui comissão para implantação do Programa Vilas Rurais.
- - Decreto nº033/98 de 02/06/1998, declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel que especifica (Lote Rural nº 251/252 A, do 12º Perímetro, com cerca de 390.338,60 m²).
- - Contrato Administrativo de Desapropriação do Imóvel em 24/06/1998.
- - Termo Aditivo ao Contrato com a proprietária em 09/07/1998.
- - Convênio nº 590/VR/1998, entre Estado do Paraná e Município de Marechal Cândido Rondon, 20/10/1998.
- - Decreto Legislativo nº 004/2000, referenda o Convênio em 06/09/2000.
- - Instrumento de re-ratificação do Convênio nº 590/VR/98.
- - Lei nº 3.397/02, de 22 de maio de 2002, declara área de urbanização específica o imóvel destinado à implantação do Programa Vila Rural.
- - Decreto nº 115/02, de 23 de outubro de 2002, aprova urbanização específica da área da Vila Rural.

Anexo F: Fotos da Vila Rural



Autoridades Políticas Administrativas e de classe na assinatura do Convênio para a irrigação da Vila Rural.



Irrigação, arma da sustentabilidade dos Vileiros de Santa Clara – Mal. C. Rondon –PR



Presença da comunidade na conquista da irrigação da Vila Rural.



Presença dos representantes do poder Público Estadual e municipal na assinatura do Convênio para a irrigação da Vila Rural.